



CURSO: Mestrado em Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo

SEMESTRE: 3º

UC: Projeto de Intervenção

TEMA DO PROJECTO: “Centro Social: melhoria de instalações”

Mestrando: Ricardo Jorge de Sousa dos Reis nº10783

**BEJA
2012**

Índice.....	2
Introdução.....	4
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	
1. O Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo.....	6
1.2 Mudança Comunitária e Empowerment.....	13
1.3 Coesão Social e Desenvolvimento Comunitário.....	15
PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO	
2. Metodologia.....	18
2.1. Amostra.....	21
2.2. Instrumentos.....	22
2.3. Procedimento.....	22
2.4. Apresentação e Discussão dos resultados.....	23
2.5. Caracterização: Amostra e Meio.....	23
2.6. Entrevista.....	28
2.7. Síntese Conclusiva.....	30
PARTE III – PROPOSTA DO PROJECTO DE INTERVENÇÃO	
3. Proposta do Projecto de Intervenção “Centro Social”.....	31
3.1. Apresentação do Projecto.....	36
3.2. Objetivos.....	44
3.3. Objectivos a atingir a curto, médio e longo prazo.....	47
3.4. Intervenientes no Projecto e suas Equipas.....	47
3.5. Recursos e Materiais a utilizar.....	50
3.6. Parceiros e Instituições de Apoio.....	53
3.7. Avaliação.....	53
3.8. Cronograma das Actividades.....	57
3.9. Orçamento Estimativa dos Custos.....	57
Conclusão.....	60
Bibliografia.....	61
Outras Fontes.....	62
Webgrafia.....	62
Apêndice(s)	
Anexo (s)	

Agradecimentos

Neste projecto de intervenção, foi imprescindível contar com a experiência e o apoio de pessoas que com o seu conhecimento contribuíram para a sustentabilidade e credibilidade dos dados constantes no mesmo.

Em primeiro lugar, gostaria de mostrar o grande reconhecimento e agradecimento à orientadora desta Tese, a Professora Doutora Ana Piedade, pelo apoio e orientação prestada.

Quero deixar o meu agradecimento à Dra. Cristina Felicíssimo (responsável pela Creche e CATL e á Mestre Ana Rita (responsável pelo Centro de Dia e Apoio Domiciliário) pelos seus esclarecimentos, predisposição e disponibilidade total.

Por último, gostaria de deixar uma palavra de profundo agradecimento, aos meus colegas de turma pelo apoio e motivação que sempre prestaram.

INTRODUÇÃO

O presente projeto integra-se no plano curricular do 3º semestre (Projeto de Intervenção) do curso de Mestrado em Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo (MDCE) da Escola Superior de Educação de Beja (ESEB). Tem como objectivo principal possibilitar o contacto do aluno em formação com a realidade profissional no terreno, de modo a permitir-lhe a operacionalidade das competências adquiridas ao longo do curso. O projeto é assim de natureza eminentemente prática, pretendendo estabelecer uma efectiva ligação ao mundo organizacional.

O meu projecto, do ponto de vista de estudante, tem como tema “Centro Social: melhoria de instalações” e realizou-se em Águas de Moura. Teve como orientadora Prof.^a Doutora Ana Piedade (docente da ESEB).

Desenvolvimento Comunitário, enquanto “(...)processo que parte da participação activa da comunidade e procura criar condições económicas, sociais, políticas e ambientais satisfatórias para todos os seus membros, partindo da mobilização das capacidades e recursos da comunidade(...)” (Ornelas, 2008: 249)

Desde o início do meu Mestrado que me senti interessado em desenvolver um projeto na área Social, mais propriamente um Centro Social. Isto porque além de ir ao encontro de uma das minhas áreas de formação (Animação Sociocultural) é também uma área que precisa de ser explorada na minha região de Marateca.

Há já mais de dez anos que existe na zona de Marateca a Associação da União Social Sol Crescente da Marateca que têm duas Valências a prestar serviços de cariz social, uma Valência de Creche e CATL e a outra Valência de Centro de Dia e Apoio Domiciliário. Mas desde o seu inicio, dado as condições económicas em que se encontram, que enfrentam muitas dificuldades. A Valência Centro de Dia e Apoio Domiciliário, a sua distancia fica a cerca de 2 Kms da população mais perto, o que dificulta o passeio pedestre por parte dos seus clientes, a sua estrutura é feita em madeira (inicialmente foi construída para albergar os trabalhadores da auto-estrada) o que torna a sua manutenção muito dispendiosa, e a dimensão das estruturas são pequenas o que dificulta a prestação de serviços por parte dos técnicos e a qualidade do bem-estar dos clientes.

A Valência de Creche e CATL tem uma estrutura com dimensões pequenas o que dificulta as atividades com os clientes e a prestação de serviços por parte dos técnicos.

Todas estas dificuldades juntamente com o facto de ambas acolherem um número excedentário de clientes torna mais difícil a qualidade dos serviços.

Senti que seria para mim uma oportunidade de poder dar o meu contributo para que se algum dia os responsáveis destas Valências decidissem e conseguissem os fundos necessários de investimento para a construção de um novo Centro Social, terem um projeto no qual pudessem basear-se.

Mas após a minha primeira intervenção junto dos Técnicos responsáveis das atuais Valências (Creche e CATL, Centro de Dia e Apoio Domiciliário) na intenção de obter informações para dar início ao meu trabalho académico, informam-me que já existia um projeto com o objectivo de se construir um novo Centro Social. Verifiquei, portanto, que não haveria a necessidade de se construir outro projeto e então, em concordância com as Técnicas resolvi pegar no projeto por elas iniciado e dar o meu contributo para que se completasse o mesmo.

Contudo após obter informações privilegiadas, uma vez que ainda não foram divulgadas publicamente devido ao impasse por parte do Governo em contribuir com a maior percentagem do investimento, sobre o projeto que está a decorrer, informaram-me que, dadas as difíceis condições económicas por parte dos responsáveis do projeto, não irá ser possível construir um Centro Social que abranja todas as áreas pretendidas (Creche, CATL, Centro de Dia e Apoio Domiciliário). Como tal decidiu-se construir para já um Centro que apenas abranja a Creche e CATL e fazer alterações estruturais à atual Valência (Creche e CATL) de forma a prestar os serviços de Centro de Dia e Apoio Domiciliário. De qualquer forma, ficou já pensado que assim que as condições económicas melhorarem, se construa por cima do futuro Centro (Creche e CATL) uma nova estrutura que abranja o Centro de Dia e Apoio Domiciliário, completando assim a ideia inicial de se ter um Centro Social com todas as funcionalidades pretendidas (Creche e CATL, Centro de Dia e Apoio Domiciliário) num só local.

Após toda a informação obtida decidi alterar a minha intenção inicial da Tese que visava a construção de um Centro Social para “Centro Social: melhoria das instalações”. Este projeto que agora se apresenta, tem também como objectivo a melhoria dos serviços que se prestam podendo acrescentar outros novos serviços. Recolhi e tive em consideração as normas que a segurança social exige em troca do seu apoio, na elaboração desta proposta.

O Projeto “Centro Social: melhoria das instalações” estrutura-se em quatro áreas estratégicas de intervenção, no que respeita aos aspetos físicos:

- a) Creche (até aos 3 anos de idade)
 - b) CATL (entre os 6 e os 16 anos de idade)
 - c) Centro de dia;
 - d) Apoio Domiciliário.
- } Irão funcionar no novo espaço
construído
- } (a partir dos 65 anos de idade e pessoas
portadoras de deficiência.) que irão
funcionar nas antigas instalações da
Creche e CATL

Terá como questão de partida:

- ✚ Será que há vantagens para a população de Marateca na criação de um espaço que acolha os atuais Centro de Dia com Apoio Domiciliário e Creche bem como um CATL?

A questão de partida acima referida será respondida ao longo do decorrer da Tese.

Para além do projeto propriamente dito e que se encontra no final deste texto, abordar-se-ão outros aspetos que o justificam. Assim, o texto que se apresenta tem a seguinte estrutura formal: Enquadramento Teórico (O Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo, Mudança Comunitária e Empowerment, Coesão Social e Desenvolvimento Comunitário), Estudo Empírico (Metodologia, Amostra, Instrumentos, Procedimento, Apresentação e Discussão dos resultados, Caracterização da Amostra, Entrevista, Questionário e Síntese Conclusiva), Proposta do Projecto de Intervenção (Proposta do Projecto de Intervenção “Centro Social”, Apresentação do Projecto, Objetivos, Metas a atingir a curto, médio e longo prazo, Intervenientes no Projecto e suas Equipas, Parceiros e Instituições de Apoio, Recursos e Materiais a utilizar, Avaliação, Cronograma das Actividades e Orçamento Estimativa dos Custos) e, finalmente, a Conclusão.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E EMPREENDEDORISMO

Para Sen (2000), uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além de variáveis relacionadas com a renda. O desenvolvimento deve estar relacionado, principalmente, com a melhoria da vida que levamos e das liberdades de que desfrutamos. É factor incontestável na sociedade pós-industrial, a preocupação com a implementação de modelos de desenvolvimento social que diminua o grande

“gap” existente entre ricos e pobres. O autor comenta que há um paradoxo emergente na humanidade “(...)as diferentes regiões do globo estão agora mais estreitamente ligadas do que jamais estiveram, não só nos campos de troca, do comércio e das comunicações, mas também quanto a ideias e ideais interactivos, entretanto, vivemos igualmente num mundo de privação, destituição e opressão preocupantes(...)”(Sen, 2000:9). O novo paradigma de desenvolvimento pode ser visto de maneira bastante simplificada: “(...)Desenvolvimento deve melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável)(...)” (Franco, 2000:36). Desenvolvimento social significa redução de desigualdades, com inclusão social. Isso supõe a articulação de diversos factores económicos e extra-económicos, como conhecimento e poder. A dinamização do desenvolvimento económico, quando desvinculada de processos de conhecimento e poder, resulta, quase sempre, em concentração de riqueza, combinada com exclusão social (De Paula, 2001). Tais factores remetem directamente para as noções de capital social (poder) e capital humano (conhecimento). Segundo Kliksberg, (2001), o capital social transformou-se, neste final de século XX e início de século XXI, numa categoria fundamental nas análises sobre o desenvolvimento, sendo demonstrado seu peso nos resultados macroeconómicos, na estabilidade política e no desenvolvimento social. Por sua vez, a promoção do capital humano aparece também como um ponto central de um modelo renovado de desenvolvimento (Kliksberg, 2001). Diante deste contexto, o Estado, apesar de necessário, imprescindível e fundamental, é tido como insuficiente para regular energias novas a fim de expandir e ampliar a mobilização dos mais diversos recursos, e o mercado, com sua lógica instrumental excludente, também não pode liderar o processo de desenvolvimento sustentável. Apenas a sociedade civil organizada, por intermédio das organizações do chamado *terceiro sector*, em articulação sinérgica com o Estado e as actividades lucrativas do mercado, podem possibilitar a ampliação do espaço público e conjugar esforços (Kliksberg, 2001).

Neste momento é o que se passa na região da Marateca, as pessoas passam cada vez mais dificuldades devido aos cortes que estão a sofrer no pouco rendimento que recebem (RSI) e ordenados baixos, o que lhes dificulta o acesso aos serviços prestados pelo Centro Social.

O Centro Social fazendo parte de uma Associação entendendo que não possui as condições necessárias para dar resposta à comunidade, sentiu a necessidade de pedir apoio económico ao Estado na intenção de realizar alterações às instalações de modo a abranger mais pessoas carenciadas. O Centro apesar de praticar preços

baixos por ter acordo com a Segurança Social consegue ter um numero excedente de clientes.

Nesse sentido, as políticas de desenvolvimento devem incluir políticas sociais, com a participação da sociedade organizada, e por conseguinte, a mobilização articulada das diversas entidades e agentes de desenvolvimento, no sentido não só de fomentar o desenvolvimento económico, mas também o de regular o capital social, ainda incipiente na nossa sociedade, tendo em vista o seu desenvolvimento político económico-social. Melo Neto e Froes (2002) apresentam o Empreendedorismo social como um paradigma emergente de um novo modelo de desenvolvimento: um desenvolvimento humano, social e sustentável. Para os autores, muda-se o objectivo do negócio, que tem nas empresas, sobretudo nas grandes transnacionais e nas grandes instituições financeiras, o seu principal eixo de actuação, para o negócio do social, que tem na sociedade civil o seu principal objectivo, bem como na parceria envolvendo comunidade, governo e sector privado. Para os autores citados, a comunidade auto-sustentável será viabilizada através do fomento de acções empreendedoras de cunho social e de novas estratégias de inserção social e de sustentabilidade. Uma comunidade com “empowerment”, isto é, com capacidade para agir sobre si própria é terreno fértil para a criação, gestão e desenvolvimento de empreendimentos. Portanto, as acções de empowerment proporcionam uma base económica capaz de assegurar o surgimento de novos empreendimentos, bem como sua sustentabilidade. A base social garante a solidariedade, o que viabiliza o surgimento de empreendimentos cooperativos, num processo de transformação da sociedade que se caracteriza pela presença dos seguintes elementos (Melo Neto e Froes, 2002:41).

- a) Aumento do nível de conhecimento da comunidade local depende da relação dos recursos existentes, capacidades e competências disponíveis no seu meio;
- b) Aumento do nível de consciência da comunidade em relação ao seu próprio desenvolvimento;
- c) Mudança de valores das pessoas que são sensibilizadas, encorajadas e fortalecidas na sua auto-estima;
- d) Aumento da participação dos membros da comunidade em acções empreendedoras em termos locais;
- e) Aumento do sentimento de conexão das pessoas com sua cidade, terra e cultura;
- f) Estímulo ao surgimento de novas ideias que incluem alternativas sustentáveis para o desenvolvimento;

- g) Transformação da população em proprietária e operadora dos empreendimentos sociais e locais;
- h) Inclusão social da comunidade;
- i) Melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

Em 1987, o Relatório Nosso Futuro Comum, da Comissão Mundial para o Desenvolvimento das Nações Unidas, apresentou a noção de que é possível produzir sem destruir o meio ambiente, garantindo para isso, condições mínimas de equidade social. Esse documento foi a base para as discussões sobre o desenvolvimento sustentável, conceito que foi traduzido em acções e ganhou consenso internacional na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Rio 92 – na forma da Agenda 21. De acordo com Franco (2000), a globalização vem criando a necessidade de formação de identidades e, conseqüentemente, de diferenciação de sectores e de localidades. Para o autor, essa nova ordem socioeconómica requer uma visão de desenvolvimento local que posicione espaços sócio - territoriais delimitados em face do mercado globalizado. O desenvolvimento local possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir vocações locais e despertar as suas potencialidades específicas, e fomentar o intercâmbio externo aproveitando as suas vantagens locais. Os objectivos são: capacitação para a gestão, diagnóstico e planeamento participativos, cooperação, fomentam o Empreendedorismo, articulação da oferta pública de programas com a demanda social da localidade e criação de uma nova institucionalidade participativa (Franco, Augusto 2000). O debate amplia e chega-se ao tripé que apoia o Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável (DLIS): o meio ambiente, a equidade social e a eficiência económica, sendo também colocada a importância das dinâmicas locais e da participação da comunidade em questões políticas, económicas, sociais e ambientais. Tendo como um de seus princípios fundamentais a acção organizada da sociedade, o desenvolvimento local, integrado e sustentável apresenta como premissas o conceito de Capital Social, Humano e Produtivo. O capital social seria o potencial de actuação da sociedade concebido nas suas diversas formas de associativismo, o capital humano é a base de valores, atitudes, conhecimentos e habilidades de uma determinada comunidade, e o capital produtivo constitui-se dos recursos tangíveis e intangíveis, capazes de gerar riquezas e de possibilitar a criação de oportunidades de trabalho, emprego e rendimentos para as pessoas de uma comunidade (Franco, 2000).

Na região da Marateca será muito importante que a população participe ativamente nos movimentos de cidadãos como forma de resolver os seus problemas,

que ajude a decidir a melhor forma de investir o orçamento anual que é atribuído à autarquia. A região de Marateca, é considerada uma região pobre que vive de apoios sociais (RSI) devido ao desemprego, à falta de formação e à incapacidade de realizar trabalho profissional. Com a melhoria de instalações do centro social pode atenuar esses problemas, ao proporcionar mais apoio social aos carenciados, receber mais clientes e oferecer trabalho aos mais jovens que se encontram desempregados.

Uma das estratégias de planeamento e gestão compartilhada que mais têm-se difundido no país, o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), por intermédio de diversas parcerias entre organizações governamentais e não-governamentais, é uma estratégia de indução de desenvolvimento local, fundamentando a sua estratégia em aspectos como (De Paula, 2001):

- a) a participação organizada da comunidade local;
- b) a capacitação continuada para o planeamento e a gestão compartilhada do desenvolvimento;
- c) a oferta articulada e convergente de investimentos governamentais e não-governamentais;
- d) a difusão da cultura empreendedora e o apoio ao Empreendedorismo local;
- e) a oferta adequada de crédito para micro e pequenos empreendedores através de instrumentos de crédito produtivo popular (micro crédito).

Este projeto para já dispõe de apoios financeiros para a realização das obras, mas que no entanto são ainda insuficientes para que se possa realizar a totalidade da obra pretendida. Esses apoios são:

- ✓ PRODER (75%);
- ✓ Financiamento próprio;
- ✓ Comparticipação das famílias dos utentes;
- ✓ Doações;
- ✓ Angariações (espectáculos, jantares de beneficência, entre outros)

As Iniciativas de Desenvolvimento Local, surgem como “(...) *um primeiro impulso com origem na vontade de indivíduos que, em nome próprio, se agruparam no sentido de constituir estas organizações(...).*” (Monteiro, s/d:54). Foram criadas no intuito de dar resposta a problemas sociais concretos, através de uma estrutura orgânica e de gestão capaz de permitir o exercício de uma intervenção eficiente e eficaz.

Reforçando desta forma a génese do movimento Associativo, “(...) convém recordar, a propósito, que as suas raízes precederam o Estado moderno e até a própria formação da nacionalidade (...)”, “(...) Pode afirmar-se que, nessa época recuada, surgiu como um verdadeiro sistema de protecção social, naturalmente incipiente, limitado e sem a consagração de direitos sociais(...)”. [1]

As Iniciativas de Desenvolvimento Local emergem por todo o país posteriormente ao 25 de Abril, mas é somente nos anos 80/90 que se dá o maior aumento. Para Monteiro, a causa deste acréscimo tem a ver com a implementação do 1º Quadro Comunitário de Apoio (1990-1994) com a Iniciativa Comunitária LEADER I, como experiência piloto em 1991, seguidamente da segunda Iniciativa, o LEADERII (1994-1999), que permitiram uma quantidade enorme de apoios e oportunidades no país. (Monteiro, s/d).

Segundo Maria Henriques no 1º Congresso de Estudos Rurais (s/d), “(...)o balanço destas duas fases do programa foi bastante positivo, o que permitiu a sua continuação com a aprovação do PIC LEADER+, em 14 de Abril de 2000.

Esta Iniciativa Comunitária assume-se, particularmente entre nós, como uma metodologia inovadora, dada a possibilidade de serem Grupos de Acção Local a fazer o diagnóstico dos seus territórios e definirem a estratégia para o seu desenvolvimento (...)” [2] Contudo, o LEADER+ finalizou em 2007, dando lugar ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) de 2007 a 2013, o qual “(...) assume como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas(...)” (QREN, 2011).

No que concerne à imagem que as Instituições de Desenvolvimento Local (IDL’s) detêm relativamente ao poder estatal, “(...)é necessário que o associativismo e desenvolvimento não seja considerado como equivalente da simples recepção de dinheiros públicos, nacionais e comunitários, embora seja certo que as propostas originadas por tais agentes confrontem as políticas e as suas orientações(...)” [3]

[1] Discurso do Presidente da República no Congresso, (2001) – disponível em www.Jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt - (acedido a 18/04/2011)

[2] Henriques, M.(s/d). “1º Congresso de Estudos rurais. Sociedade Conhecimento e política” - disponível em www.home.utad.pt - (acedido a 18/04/2012)

[3] Idem

Desta forma há que criar um equilíbrio entre os vários interesses de modo a que a cooperação entre ambos contribua para o bem da Comunidade, como refere Maria Henriques “(...) *um movimento associativo de tipo novo*(...)”(Henriques,(s/d).

Em Portugal, ainda não existe uma denominação concreta referente ao papel das Associações de Desenvolvimento Local, daí surgirem entidades jurídicas distintas como: “(...) *associações, fundações, cooperativas, misericórdias, entre outras*.(...)” (Monteiro, s/d:53). Apesar de a Rede Europeia Anti-Pobreza (REAPN), considerar que existe uma separação entre a categoria designada por misericórdias que, “(...) *integra as iniciativas organizadas intervenção social* (...)”, e as restantes, que “(...) *resultam da “concretização de uma acção, um plano/projecto de desenvolvimento local”, de “iniciativa autárquica ou apoiada por autarquia”, ou de “associações de carácter não social* (...)”.(Capucha, 1995:58).

Contudo, relativamente às Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDL’s), é reconhecida a sua lógica de actuação enquanto agentes de desenvolvimento, tendo em conta que, mobilizam recursos humanos e materiais e ao mesmo tempo promovem e desenvolvem as potencialidades locais e regionais abrangendo todas as esferas de acção, desde a económica, a social, a cultural e a ambiental. Traduz-se portanto num “(...) *apoio a grupos sociais desfavorecidos, envolvimento em programas nacionais e comunitários virados para a promoção da inserção e coesão sociais* (...)” , “(...) *incentivo à participação e ao empowerment, acção conjunta com os poderes autárquicos* (...)”.(Monteiro, Alcides 2000:53).

Reforçando a ideia anteriormente desenvolvida por Monteiro e no que concerne à evolução deste movimento, António Oliveira das Neves, Perito do Observatório do Emprego e Formação Profissional, refere numa intervenção durante o Seminário “*Desenvolvimento Local, Cidadania e Economia Social*”, realizado em 2000, que houve uma evolução nos últimos anos para “(...) *duas actuações convergentes: por um lado, atribuindo prioridade ao reforço da coesão social, privilegiando acções orientadas para a integração económica de grupos em situação de desfavorecimento e, por outro lado, estimulando o estabelecimento de parcerias de projecto ou a criação de agências de desenvolvimento local* (...)”.(Neves, 2000:10).

Desenvolvendo a ideia de Neves sobre a criação de parcerias, podemos constatar que as Associações de desenvolvimento Local (ADL’s) têm vindo a demarcar-se através da “(...) *criação de unidades empresariais na esfera da economia social para organizar a prestação de serviços de consultoria, a valorização e mercado das produções individuais*...”(Neves, 2000:11). Conseguem articular as necessidades da população através das suas competências, de modo a poderem oferecer serviços que proporcionem a sua satisfação.

A actuação em rede proporciona por um lado, um maior contacto a todos os campos de acção desde, a outras associações, a autarquias, entre outras e por outro, uma maior coesão na sua intervenção para e com a Comunidade.

Relativamente ao Projeto “Centro Social: melhoria das instalações” tem como objectivo tornar os diversos tipos de respostas sociais mais adequados e próximas dos seus utilizadores, definindo como eixo prioritário intervenções nas áreas da solidariedade social e habitações dos utentes criando e gerindo estruturas de apoio que permitam prestar serviços de excelência a todos os seus utentes/clientes e residentes. Qualificar valências e departamentos, não só na área social e habitacional, como na cultura, desporto e aproveitamento dos tempos livres, flexibilizando horários, formando e qualificando técnicos e voluntários, de forma a melhorar as respostas existentes e antecipar novas intervenções que respondam às necessidades do meio envolvente, é o grande objetivo do projeto.

1.2. MUDANÇA COMUNITÁRIA E EMPOWERMENT

Tendo em conta que um dos objectivos do projeto incide particularmente na mudança de infra-estruturas, uma vez que as atuais Valências (Creche e ATL, Centro de Dia e Apoio Domiciliário) carecem da falta de espaço para os já excedentários clientes, pretende-se criar melhores e novas condições de estruturas na intenção de qualificar serviços, proporcionar um espaço de qualidade e com isso criar mais postos de trabalho.

Para o Centro Social será importante a participação activa dos cidadãos nas decisões das suas associações e estruturas do poder local, evitando que um pequeno grupo decida pelo conjunto dos cidadãos. Desenvolverá este valor procurando aliciar a população para uma participação mais activa em tudo o que lhe diga respeito.

Para Marco Marchioni e Bejardo, (1987), *“a participação passa por duas etapas. Num primeiro instante, as pessoas implicadas necessitam de se aperceber da existência do problema bem como do seu posicionamento, para que numa segunda fase tenham a possibilidade de o poder resolver ou minimizar”*. Neste sentido, a participação pauta-se por dotar os indivíduos de instrumentos de resolução, instrumentos esse que, deve conter objectivos a atingir, bem como o delinear da repartição de órgãos de poder. Tendo em conta que em qualquer projecto deve existir uma cooperação ordenada de tarefas e de funções (A.A.V.V, 2002).

Para tal, é necessário encontrar estratégias de motivação que levem à mudança de posturas individuais e colectivas que permitam a aceitação e a responsabilização por parte de todos os seus membros.

No que respeita ao conceito de Empowerment importa referir que é um processo voluntário, dinâmico e complexo que resulta do desenvolvimento de competências individuais e colectivas, e do aumento de recursos e de oportunidades em termos de esferas possíveis de acção. Isto é, o empowerment de jovens, em particular, procura o desenvolvimento de conhecimento relevante, da confiança e da consciência, capacidades e atitudes para que estes se tornem agentes activos e com maiores oportunidades de escolha. Nas mais diversas áreas de capacitação social, política, educativa, entre outras não é possível promover processos de empowerment bem-sucedidos sem ter em conta as perspectivas acima descritas. Assim, importa ter em consideração, quer a abordagem de capacitação individual ou de grupo e os seus aspectos mais relevantes, bem como a criação das condições e das oportunidades institucionais e comunitárias que facilitam estes processos. Uma abordagem integrada aos processos de empowerment obriga, a entender o conceito como resultado de processos de transformação que ocorrem tanto a nível pessoal, como a nível institucional, decorre do facto de assumir que estratégias de capacitação só serão efectivas se estas corresponderem simultaneamente a mecanismos de intervenção “Top – down”, institucionais, colectivos e de políticas públicas, e a processos “bottom – up”, participados, voluntários e inclusivos. Estas duas dimensões devem estar presentes no desenho de estratégias de empowerment, para que estas sejam eficazes. (Programa Escolhas, 2009:17, 18).

O movimento de empowerment é consequência de uma evolução nas concepções de autonomia e responsabilidade dos indivíduos, e de uma maior consciência dos mecanismos de discriminação e exclusão que se geram na sociedade. *“O caminho histórico que alimentou este conceito visa a libertação dos indivíduos relativamente a estruturas, conjunturas e práticas culturais e sociais que se revelam injustas, opressivas e discriminadoras, através de um processo de reflexão sobre a realidade da vida humana.”* (Pinto, 2001:247).

Podem definir-se alguns princípios orientadores para a prática da intervenção social numa perspectiva de *empowerment*, embora não exista uma visão homogénea, devido à diversidade de campos em que se aplica. (Pinto, 2001)

1º princípio: Estabelecer uma relação de parceria com base na igualdade, o que implica:

- ouvir o que as pessoas têm para dizer e partir desse ponto.
- dar toda a informação que o profissional possui
- criar um relacionamento de troca, dar e receber
- pedir tanto ao profissional como ao cliente
- manter um equilíbrio de poder entre o profissional e o cliente

2º princípio: Contextualizar sempre a situação individual no meio envolvente.

3º princípio: Centrar o processo na expansão das capacidades e recursos do cliente e do seu meio.

4º princípio: Respeitar o ritmo da pessoa ou do grupo e manter a continuidade do processo.

5º princípio: Basear as acções sempre nas preferências e necessidades expressas pelas pessoas, grupos ou comunidades.

6º princípio: Incentivar sempre a participação activa dos clientes em todas as decisões e acções.

Ao perspectivar a melhoria do Centro Social, pretende-se como já referi, atuar também no âmbito da relação entre comunidade/instituição/clientes/utentes e profissionais. Assim, é nosso objetivo atuar de acordo com os princípios acima enunciados.

1.3. Coesão Social e Desenvolvimento Comunitário

O conceito de Coesão Social é comumente aceite, em termos de dinâmica da vida social, designando a harmonia, a união das forças sociais e das instituições que as sustentam e que concorrem para um fim harmonioso e coerente de vida em comum. A Coesão Social implica, por isso, e necessariamente, um certo grau de solidariedade para a concretização da qual a integração social é o processo mais indicado. Opõe-se a uma sociedade coesa uma sociedade desorganizada, polarizada espacial e socialmente, que exclui pessoas, grupos ou mesmo territórios. Ora sendo o mundo das desigualdades, o mundo das exclusões, o mundo dos não direitos, efectivar os direitos sociais no quotidiano é trabalhar no sentido de uma sociedade mais solidária, mais justa e, portanto, mais coesa.

Como sabemos, é este o grande desafio da Acção Social: criar condições para que pessoas, grupos e famílias usufruam dos seus direitos, tenham acesso aos recursos, participem socialmente, sejam protagonistas das suas próprias vidas e da sociedade onde se inserem, sejam no fundo cidadãos, autónomos e responsáveis.

Considero que não pode haver Coesão Social numa sociedade, como é a europeia actual, em que embora dois terços dos cidadãos vejam os seus direitos

garantidos, um terço não consegue satisfazer as suas necessidades essenciais e por isso está excluído, vivendo à margem da sociedade. [4]

Na década de 1980 introduziram-se outros conceitos de desenvolvimento, como o Desenvolvimento Local e/ou Comunitário e uma nova forma de intervenção social. Esta nova perspectiva relativiza a autonomia do económico em sociedades não industrializadas e em civilizações não ocidentais, valorizando o social e as pessoas, procurando dar-lhes protagonismo no processo de desenvolvimento. As pessoas e comunidades locais são o espaço prioritário para o desenvolvimento. Este torna-se assim, num exercício de cidadania e resulta da participação e implicação das pessoas.

O tipo de desenvolvimento que prevaleceu, regra geral, até ao final de 1970, virava costas aos limites ecológicos do crescimento económico e do próprio desenvolvimento, ignorando os riscos de degradação da natureza e o carácter limitado dos recursos naturais. O aparecimento e o avanço do Desenvolvimento Local obrigaram a uma viragem radical, pois encarrega-se e preocupa-se com o meio ambiente numa dupla perspectiva: primeiro, como sustentabilidade do desenvolvimento e, numa etapa posterior, como recurso a favor do próprio desenvolvimento. [5]

“Um processo de transformação, mudança que recusa a conservação. É centrado numa comunidade, isto é, o ponto de partida de referência é a própria comunidade local. O local enquanto resultado de uma construção de identidades — um conjunto de interesses que se identifica e assume onde são mobilizáveis acções de solidariedade concretas”. O local é, para Roque Amaro (1993:16-22) [6], algo que se constrói com o projecto.

Parte da existência de necessidades não satisfeitas a que se procura responder a partir das capacidades locais, mas também recorrendo a recursos exógenos, como forma de fertilização mútua, onde estes e aqueles aprendem mutuamente. Assume uma lógica integrada, onde a intervenção não se restringe a problemas focalizados (por exemplo, desemprego, saúde, idosos, etc.), mas sim ao conjunto de problemáticas que se interligam e influenciam.

Tudo tem a ver com tudo. *Foca-se no trabalho em parceria*, a partir de definição de acções conjuntas, a cooperação, a negociação dos conflitos e das solidariedades locais. O impacto por toda a comunidade, isto é, exerce um efeito de exemplificação para toda a comunidade.

[4] http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=13085&m=PDF - (acedido a 12/03/2012)

[5] http://www.isu.pt/cr/wp-content/rncr_fichas/RNCR_Ficha_A2_1.pdf - (acedido a 23-03-2012)

[6] Idem

E actua segundo uma diversidade de caminhos. O Desenvolvimento Local tem uma diversidade enorme de caminhos, protagonismos e respostas.” [7]

O último elemento é entender o Desenvolvimento Local como *um cruzamento de uma reflexão teórica com testemunhos*. Vidal (Milando, 2005) acentua o Desenvolvimento Local como um processo e não um fim em si mesmo. É um esforço contínuo por parte dos residentes organizados de uma localidade no sentido de identificar problemas e aspirações, criar e formular estratégias para abordá-los, implementar esses planos e avaliar os resultados, numa lógica de participação, onde a mudança e a renovação são o âmago, o êxito dessa comunidade.

As soluções de hoje podem transformar-se nos problemas de amanhã, exigindo esforço constante para encontrar novas formas de atender às necessidades dos cidadãos. O processo de desenvolvimento local é um diálogo constante entre os residentes de um local — as autoridades, as organizações cívicas, os grupos comunitários, os dirigentes empresariais e outras pessoas — visando procurar sistematicamente uma melhor qualidade de vida para todos. [8]

É hoje inquestionável que os equipamentos e serviços sociais, instrumentos fundamentais na prevenção e remediação dos problemas sociais e sobretudo da exclusão social, devem ter como objectivo a qualidade do atendimento (humano e técnico), o apoio e reforço das famílias, o respeito pelas dinâmicas inter-etárias e uma crescente abertura à comunidade onde se inserem.

Deverá, por isso, ultrapassar-se progressivamente a fase institucional (por vezes tocada pelo vírus da “institucionalite”) virada exclusivamente para a prestação de serviços e para o grupo alvo a quem se dirige, autista no seu funcionamento e na visão restritiva e estratificada da comunidade humana.

Hoje, os equipamentos e serviços sociais devem constituir, porque têm potencial para tal, dispositivos de integração geradores de autonomia e motores de desenvolvimento local. [9]

Os equipamentos e serviços sociais e os seus promotores são verdadeiros agentes da economia social local, animadores do voluntariado e da acção generosa de pessoas e entidades [10].

[7] (http://www.isu.pt/cr/wp-content/rncr_fichas/RNCR_Ficha_A2_1.pdf) - (acedido a 23-03-2012)

[8] Idem

[9] http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=13085&m=PDF - (acedido a 12/03/2012)

[10] Idem

PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO

2. Metodologia

Para Cembranos (1998), “diferentes formas de análise conduzem a diferentes resultados, em função de critérios que se sigam e dos objectivos que se pretendem”.

A opção metodológica que utilizei para a elaboração do projecto “Centro Social: melhoria das instalações” foi a pesquisa Documental e o estudo de caso. Este procedimento consiste em estudar uma situação social com a finalidade de assimilar esforços para a sua melhoria. É pois, um meio de percepção e interpretação da realidade, com vista a actuar sobre ela no sentido de a melhorar.

O método qualitativo visa uma compreensão absoluta e abrangente do fenómeno em pesquisa “...observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno tal como se apresenta, sem procurar controlá-los” (Fortin, Cotê e Vissandjée, 2000a). Este método permite descrever ou interpretar, mas não avaliar. Permite a produção de dados “...nas próprias palavras das pessoas, faladas ou escritas, e na conduta observada” (Taylor Bogdan citado por Imaginário, 2008).

O método quantitativo caracteriza-se como:

“...um processo sistemático de colheita de dados observáveis e quantificáveis. É baseado na observação dos factos objectivos, de acontecimentos e de fenómenos que existem independentemente do investigador. (...) o investigador adopta um processo uma série de etapas (...) a objectividade, a predição, o controlo e a generalização são características inerentes a esta abordagem” (idem).

Este método visa o desenvolvimento e a validação dos conhecimentos, faculta a possibilidade de generalizar os resultados, de predizer e de controlar os acontecimentos.

A escolha do método a aplicar na investigação tem a ver com a posição paradigmática do investigador, conhecimentos que o mesmo possui acerca de uns e de outros métodos, o fenómeno/ situação a analisar e a disponibilidade temporal.

Hoje é consensual a importância de uma abordagem plurimetodológica como estratégia eficaz no estudo dos fenómenos, “... as metodologias quantitativas ou qualitativas que as enquadram não se opõem, antes se complementam” (Lalanda citado por Imaginário, 2008). Também Triviños (1992) nos afirma que toda a pesquisa pode ser em simultâneo quantitativa e qualitativa. Estes autores consideram que a complementaridade dos métodos de investigação, quantitativo ou qualitativo, aumentam a fiabilidade dos resultados.

Para desenvolver estes processos recorri a duas técnicas, a Observação Directa e a observação indirecta.

A Observação Directa é um método de investigação que permite ao investigador uma observação visual, aproximando-se da perspectiva dos sujeitos, e das suas experiências. A observação directa, relativamente a este projeto serviu-me: o contacto directo com os técnicos observando o seu trabalho, a observação do espaço (pequenas dimensões) e na verificação da ausência de todo o material necessário às atividades que supostamente devem ser desenvolvidas.

A Observação Indirecta por sua vez, acontece quando o investigador necessita de dados importantes, que vai retirar de outros que já existem e que o levarão a poupar tempo na sua investigação, embora seja sempre necessário fazer algumas adaptações, com vista a uma adequação correcta da realidade existente. As conversas exploratórias com os técnicos tornaram-se uma mais-valia, acabando os mesmos por serem os meus informadores privilegiados fornecendo-me todo o material que possuíam e informações sobre o estado em que se encontra o projecto.

Verifica-se assim que quando o investigador está inserido no contexto em estudo, torna-se fundamental compreender o ambiente no qual se desenrola a acção, ter acesso a situações que de outro modo escapariam, obter informações relevantes, desenvolver enfim, um leque alargado de conhecimentos que possam propiciar condições de mudança.

Alguns autores divulgam que Pesquisa Documental e pesquisa bibliográfica são sinónimas. Appolinário (2009), no Dicionário de Metodologia Científica descreve o seguinte: pesquisa documental: [*bibliographical research*,; *documental research*]; pesquisa bibliográfica: [*bibliographical research*,; *documental research*]. Pesquisa que se restringe à análise de documentos.

Tanto a pesquisa documental como a pesquisa bibliográfica têm o documento como objecto de investigação. No entanto, o conceito de documento ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pósteres. Esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador (Figueiredo, 2007) ^[11]. Tendo em vista essa dimensão fica claro existir diferenças entre pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. Neste caso recorri a documentos escritos fornecidos pelos Técnicos da Nossa Sr^a da Paz, Centro Social da Cáritas, relativamente ao seu funcionamento e a informações partilhadas nas páginas Web por outros Centros Sociais.

^[11] http://rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf - Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. - (acedido a 15/03/2012)

Oliveira (2007:69) ^[12] faz uma importante distinção entre essas modalidades de pesquisa. Para essa autora a pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos. Como característica diferenciadora ela pontua que é um tipo de “*estudo directo em fontes científicas, sem precisar recorrer directamente aos fatos/fenómenos da realidade empírica*”.

Existentes em ambas as Valências (Creche, CATL e Centro de Dia, Apoio Domiciliário), forneceram-me as plantas das atuais Valências e a planta do futuro Centro que irá fornecer inicialmente os serviços de Creche e CATL. Foi igualmente nesses locais que tive oportunidade de realizar as entrevistas às Técnicas responsáveis de cada Valência.

O estudo de caso trata-se de uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos factores. Yin (1994) afirma que esta abordagem se adapta à investigação em educação, quando o investigador é confrontado com situações complexas, de tal forma que dificulta a identificação das variáveis consideradas importantes, quando o investigador procura respostas para o “como?” e o “porquê?”, quando o investigador procura encontrar interacções entre factores relevantes próprios dessa entidade, quando o objectivo é descrever ou analisar o fenómeno, a que se acede directamente, de uma forma profunda e global, e quando o investigador pretende apreender a dinâmica do fenómeno, do programa ou do processo. Assim, Yin (1994:13) define “estudo de caso” com base nas características do fenómeno em estudo e com base num conjunto de características associadas ao processo de recolha de dados e às estratégias de análise dos mesmos. Na qual quero poder apoiar o Centro Social (Associação União Social Sol Crescente da Marateca) dando resposta a um problema (melhoria das instalações) na região de Marateca.

A questão de partida integra um conjunto de etapas que compõem um processo de investigação – a ruptura. Esta etapa é considerada o primeiro acto constitutivo do procedimento científico e consiste em romper com os conceitos e ideias preconcebidas, que somente nos dão a ilusão de compreendermos as coisas.

A questão de partida é uma fase muito importante, na medida em que determina o caminho de estratégia de exploração, ou seja, serve de fio de condutor para o desenrolar de um processo de investigação.

^[12] http://rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf - Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. - (acedido a 15/03/2012)

- **Questão de Partida**

A questão de partida integra um conjunto de etapas que compõem um processo de investigação – a ruptura. Esta etapa é considerada o primeiro acto constitutivo do procedimento científico e consiste em romper com os conceitos e ideias preconcebidas, que somente nos dão a ilusão de compreendermos as coisas.

Parto da seguinte questão:

- Será que há vantagens para a população de Marateca a criação de um espaço que acolha os atuais Centro de Dia com Apoio Domiciliário e Creche bem como um CATL?

2.1. Amostra

Os destinatários e beneficiários deste Projeto são:

- Crianças da Creche;
- Jovens residentes na Freguesia de Marateca;
- Idosos residentes na Freguesia de Marateca.

Para obter melhores resultados seria uma mais-valia envolver todos os residentes da Freguesia de Marateca, no entanto para uma primeira fase e intervenção recorreria somente a um universo de 5 elementos de cada valência (Creche e Centro de Dia) e grupo de jovens para a aplicação de uma entrevista. Mas após conversar com ambas as técnicas responsáveis directas pelas valências (Creche e Centro de Dia) em busca de informação privilegiada sobre estas mesmas valências, deparei-me com o facto de já existir um projeto em curso elaborado pelas mesmas. Como tal vejo-me “obrigado” a mudar de tática e apenas colocar algumas perguntas a estas mesmas técnicas (Directora Executiva da Creche e Directora Técnica do Centro de Dia), através de uma entrevista reduzindo assim o número da Amostra passando de cinco pessoas para três (incluindo a Presidente da Junta de Freguesia da Marateca). Neste caso justifica-se direccionar a entrevista “apenas” a estes três elementos da amostra porque a necessidade da haver melhoria das instalações foi iniciado pelas mesmas, dado que tem o papel fundamental de trabalhar no Centro e de se debaterem diariamente com o problema que lhes afecta os serviços.

Este trabalho que agora se apresenta, tem dois grandes objectivos:

- a) apoiar o projeto já iniciado e elaborado por técnicas das Valências de (Creche, CATL e Centro de Dia, Apoio Domiciliário) com o intuito de

promover a melhoria das instalações e deste modo conseguir a melhoria dos serviços actualmente prestados aos clientes da região de Marateca (uma vez que já existe um projecto em curso, não fazia sentido a ideia com que parti inicialmente, isto é, propor a construção de um novo Centro Social, de raiz);

- b) sugerir outras formas de apoio e parcerias, na tentativa de reunir os fundos necessários á construção da obra.

2.2. Instrumentos

Inicialmente para a obtenção de dados cruciais à implementação do projecto, decidi utilizar a Técnica de Entrevista.

A entrevista pode ser definida de acordo com Haguette, (1997) como um processo de interacção social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objectivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado.

A entrevista como colecta de dados sobre um determinado tema científico é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Através dela os investigadores procuram obter informações, ou seja, colectar dados objectivos e subjectivos. Os dados objectivos podem ser obtidos também através de fontes secundárias tais como: censos, estatísticas, etc. Já os dados subjectivos só poderão ser obtidos através da entrevista, pois que eles relacionam-se com os valores as atitudes e as opiniões dos sujeitos entrevistados. Aqui a entrevista serviu para comprovar a necessidade, não vinda só da minha percepção, de se realizar um projecto deste âmbito “Centro Social: melhoria das instalações”.

2.3. Procedimento

A preparação da entrevista é uma das etapas mais importantes da pesquisa que requer tempo e exige alguns cuidados. Entre eles, destacam-se: a planificação da entrevista que consiste em criar um guião de acordo com os objectivos traçados, tendo em conta a escolha dos utentes que neste caso serão três pessoas (a técnica responsável da Creche e CATL, a técnica responsável do Centro de Dia e Apoio Domiciliário e a Presidente da Junta de Freguesia da Marateca), visa a disponibilidade dos mesmos em fornecer informações pertinentes para objectivo delineado, nomeadamente a recolha de interesses e a percepção das necessidades.

Quanto à elaboração das questões, tive o cuidado de não formular perguntas absurdas, arbitrarias, ambíguas, deslocadas ou tendenciosas. Existem várias formas de entrevista utilizadas nas ciências sociais como por exemplo a estruturada, semi –

estruturada, aberta, a que se aplica a grupos previamente determinados (grupos focais), as que permitem a recolha de narrativas de vida e as que permitem a recolha de informação quando se fazem estudos de caso. Optei por escolher a entrevista aberta, sendo esta a que mais se adequa à realidade que estou a trabalhar. Esta forma traz algumas desvantagens, porque ao decorrer como uma conversa com uma orientação/interferência mínima por parte do entrevistador (quase de ouvinte) correrei o perigo de o entrevistado seguir noutra linha de pensamento que não a pretendida. É neste momento que interfiro, recolocando a questão/tema que interessa tratar.

2.4. Apresentação e Discussão dos resultados

Entendi que, deveria inicialmente entrar em contacto com as responsáveis directas (Directoras) de cada Valência, comunicar-lhes a minha intenção de elaboração de um projeto académico com a finalidade de num futuro próximo ser uma mais-valia na tomada de decisões, caso pretendessem construir um novo Centro Social.

Após entrar em contacto com as Técnicas e me informarem que já estariam a desenvolver um projecto para a construção de um novo Centro Social, verifiquei a necessidade de alterar o meu objectivo inicial e então colaborar com as mesmas no projecto de melhoria de instalações do Centro Social.

2.5. Caracterização

➤ Amostra

A fim de compreender a situação actual da Associação União Social Sol Crescente da Marateca, entrevistei duas técnicas superiores responsáveis pelas Valências, nomeadamente a Directora Executiva da Creche e CATL e a Directora Técnica do Centro de Dia e Apoio Domiciliário. As técnicas têm idades compreendidas entre os 34 e os 40 anos de idade. Trabalham na instituição há cerca de 10 anos e podem ser consideradas informantes privilegiadas porque se encontram à frente da gestão, financeira, recursos humanos e clientes, assim como, são das pessoas que mais enfrentam as dificuldades diárias.

Entrevistei igualmente a Presidente da Junta de Freguesia de Marateca porque além de deter o cargo referido também é a vice-presidente da Associação em questão. Esta técnica tem formação secundária, exerce ambos os cargos há cerca de quatro anos.

➤ **Meio**

A freguesia da Marateca, com mais de quinhentos anos de história, localiza-se na zona nascente do concelho de Palmela e faz extrema com os concelhos de Setúbal, Montijo, Alcácer do Sal e Vendas Novas. Tem cerca de 5.000 habitantes numa área de 134 km², abrangendo as localidades de Águas de Moura, Margaça, Cajados, Fernando Pó, Fonte da Barreira e Aqualva de Cima.

Marateca é uma freguesia portuguesa do concelho de Palmela, distrito de Setúbal. Densidade: 36 hab/km². A principal localidade da freguesia é a aldeia de Águas de Moura.

A população da região de Águas de Moura é constituída por 1853 pessoas do género masculino e 1871 do género feminino. Existem 573 crianças dos 0 aos 14 anos de idade, 370 jovens dos 15 aos 24 anos de idade, 1978 adultos dos 25 aos 64 anos de idade e 803 idosos com mais de 65 anos de idade.

Esta mesma população a nível de escolaridade divide-se da seguinte maneira: 1003 pessoas sem estudos, 1006 com 1º ciclo, 597 com 2º ciclo, 567 com 3º ciclo, 355 com secundário, 21 com pós-secundário e 175 com ensino superior. (INE Censos 2011)

Nesta região a maioria da população vive da agricultura e da venda de bens e serviços (vestuário, alimentação, electrodomésticos), quanto que os restantes ou trabalham fora da região ou vivem de apoios sociais (RSI). Devido ao crescente desemprego tem-se verificado um aumento da desertificação para as cidades, nomeadamente Setúbal e Lisboa. Com a melhoria das instalações poderá vir a ser útil para empregar os que vivem de apoios sociais e os novos desempregados, de forma a evitar a sua deslocação para outras localidades, assim como poder prestar mais serviços a mais clientes de forma a evitar que saiam da região para outros Centros Sociais.

Fig. - N°1



* Localização das atuais Valências e a localização do futuro Centro Social (Google maps, 2012)

➤ Equipamentos

Existe actualmente em Águas de Moura duas Valências, è nestes equipamentos que se pretende intervir. Como se verá seguidamente, as instalações actuais, para além de serem exíguas (creche e CATL), são inapropriadas (instalações pré-fabricadas, no caso do Centro de Dia e Apoio Domiciliário).

A **Creche** surge como uma resposta social, onde a criança deve ser acolhida, amada e respeitada na sua originalidade e ajudada a crescer harmoniosamente.

O **CATL** é um Estabelecimento de ensino que deve proporcionar às crianças experiências que contribuam para o seu crescimento enquanto pessoa satisfazendo as suas necessidades de ordem física, afectiva, intelectual, e social.

A Creche com CATL situa-se no centro de Águas de Moura numas instalações de pequena dimensão para a realização de actividades exteriores assim como as suas salas são pequenas e insuficientes para a realização de actividades no interior e acondicionamento de mobiliário (cacifos). Esta Valência funciona com 18 técnicos dos quais, 1 Directora Executiva, 1 Secretário Executivo, 4 Educadoras de Infância, 1 Motorista, 3 Cozinheiras e 8 Auxiliares de Educação. Existem 77 crianças das quais, 7 de Berçário (4 aos 12 meses), 13 de 1/2 anos de idade, 12 de 2/3 anos de idade, 25 do Pré-escolar (3 a 5 anos de idade) e 20 do CATL (6 aos 10 anos de idade).

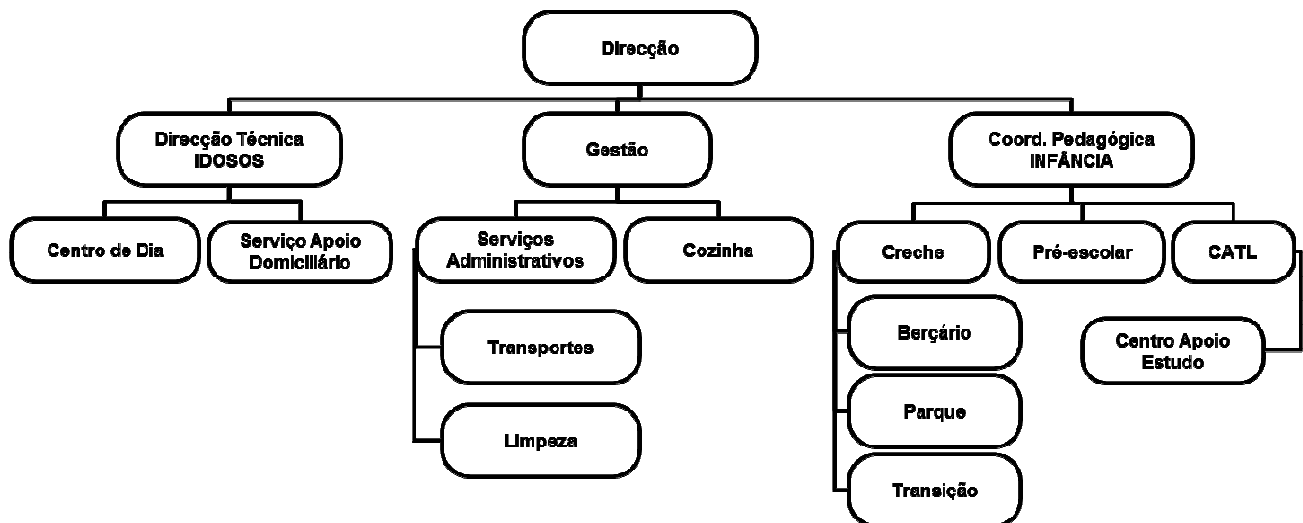
O **Centro de Dia** é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sociofamiliar.

O **Serviço de Apoio Domiciliário** (S.A.D.) é uma resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

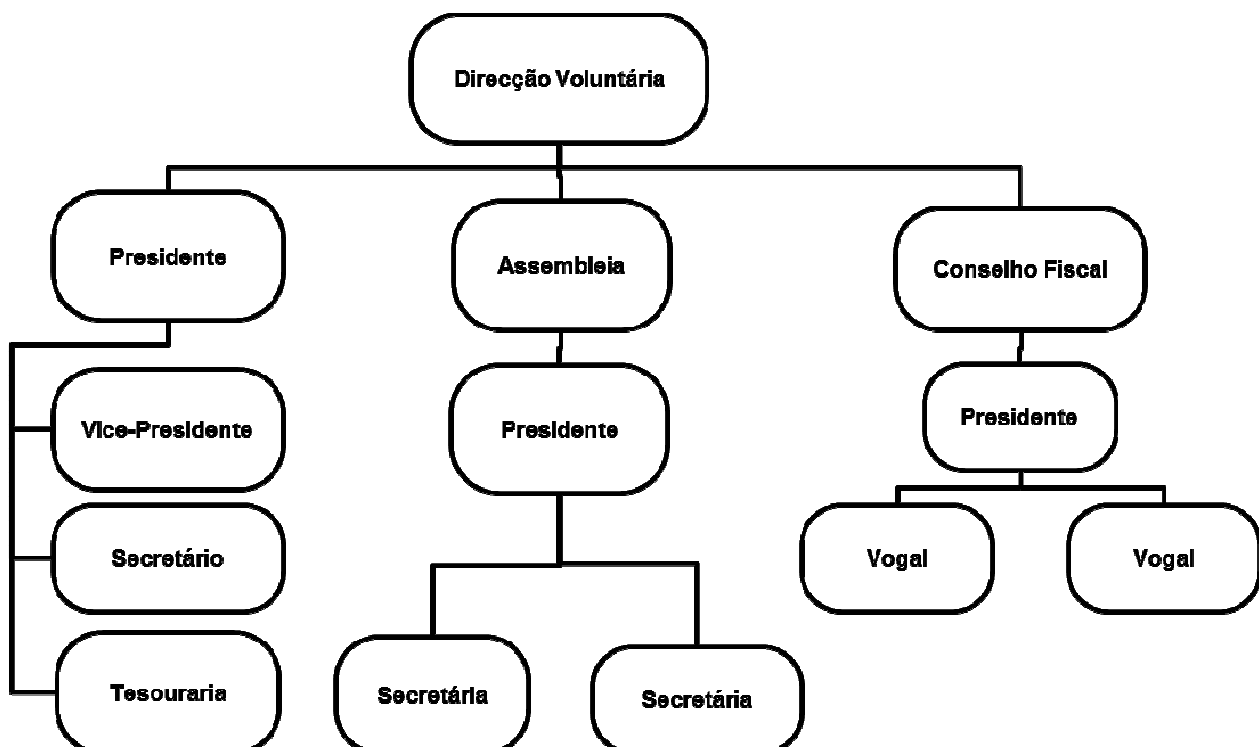
O Centro de Dia com serviço de Apoio Domiciliário situa-se numas instalações pré-fabricadas entre Águas de Moura e Bairro de Margaça que em tempos foram criadas para dar abrigo a pessoal trabalhador das auto-estradas que posteriormente as cederam. Esta Valência além de funcionar como Centro de Dia também dá apoio domiciliário. Funciona com um total de 7 técnicos dos quais, 1 Directora Técnica, 6 ajudantes familiares (2 no Centro e 4 no apoio Domiciliário). Existem 44 clientes a frequentar o Centro de Dia e 26 em apoio Domiciliário. Os clientes são idosos com idade superior a 65 anos e doentes patológicos de todas as idades.

Organograma das Valências: como se pode verificar os poucos serviços que prestam devido às dificuldades sentidas.

Segundo LACOMBE & HEILBORN (2003, p.103) “Organograma é uma representação gráfica simplificada da estrutura organizacional de uma instituição, especificando os seus órgãos, seus níveis hierárquicos e as principais relações formais entre eles”.



Organograma da Direcção:



* Organogramas pelo qual se regem as Valências (cedido pela Valência Creche e CATL, 2012)

2.6. Entrevista

Para a construção do guião de entrevista estava previsto os seguintes parâmetros conforme se verifica no quadro seguinte:

Blocos	Objectivos Específicos	Tópicos	Formulário de Perguntas
Bloco I Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado	- Legitimar a entrevista - Motivar o entrevistado		- Informar o/a entrevistado/a sobre a temática e objectivos da Entrevista; - Realçar a importância da participação do/a entrevistado/a para a realização do trabalho; - Desenvolver um clima de confiança e empatia; - Garantir a confidencialidade.
Bloco II Aferir conhecimentos gerais sobre a temática	- Aferir conhecimentos e formação do entrevistado; - Perceber a ligação ao espaço.	- Sentimento de pertença.	– Qual a sua profissão? – Há quantos anos trabalha aqui na Creche?
Bloco III Aspectos positivos e negativos da situação atual	- Identificar eventuais dificuldades na realização de atividades nas valências existentes.	- Compromisso pessoal de participação	– O que pensa das instalações? – Consegue realizar todas as actividades que tenciona colocar em prática? – Acha que estas instalações satisfazem a população da Freguesia de Marateca?
Bloco IV Opiniões externas	- Perceber o ponto de vista dos utentes e seus familiares.	- Qualidade e sentimento pelo espaço.	– Os utentes têm empatia por este espaço? – O que ouve os familiares comentarem em relação a estas instalações?
Bloco V Visão a	- Perceber de que maneiras	- Os benefícios de novas instalações.	– O que acha da possibilidade de se relocalizarem para umas novas e melhores instalações?

curto/médio prazo	os/as entrevistados/as definem como mais-valia um novo Centro Social.		
----------------------	---	--	--

Abaixo encontra-se o modelo do guião de entrevista direccionado aos elementos de cada Valência:

Guião de entrevista	
Objectivo: Pretende-se recolher informação sobre o conhecimento e o interesse na implementação de um novo Centro Social.	
Diretor Geral das Valências	
1 - Qual a sua profissão?	
2 - Há quanto tempo é diretor das Valências (Creche e Centro de Dia)?	
3 - De que forma surgiu a oportunidade de se criar estas Valências?	
4 - As instalações destas Valências satisfazem as necessidades da população da Freguesia de Marateca?	
5 - E as necessidades dos clientes?	
6 - As instalações destas Valências oferecem um espaço externo propício a actividades ao ar livre?	
7 - Como vê a possibilidade de relocalizar os clientes de ambas as Valências em novas e melhoradas instalações?	
Diretoras (Creche e Centro de Dia)	
1 – Qual a sua profissão?	
2 – Há quantos anos trabalha aqui na Creche / Centro de Dia?	
3 – O que pensa das instalações?	
4 – Consegue realizar todas as actividades que tenciona colocar em prática?	
5 – Acha que estas instalações satisfazem a população da Freguesia de Marateca?	
6 – As crianças / idosos têm empatia por este espaço?	
7 – O que ouve os familiares comentarem em relação a estas instalações?	
8 – O que acha da possibilidade de se relocalizarem para umas novas e melhores instalações?	
Pais da(s) criança(s) da Creche	
1 – Quantas crianças têm na Creche?	
2 - Há quantos anos ela(s) frequenta(m) a Creche?	
3 – Estão satisfeitos com as instalações?	
4 – Pensam que as técnicas conseguem realizar todas as actividades pretendidas?	
5 – Pensam que o(s) vosso(s) filho(s) gostam do espaço?	
6 – De que forma acham que se poderia melhorar as condições de espaço existentes?	
7 – Que pensam de relocalizar a Creche em novas e melhores instalações?	

A Entrevista que elaborei e apliquei, realizou-se depois de uma conversa exploratória com as Técnicas responsáveis pelas Valências (Creche, CATL e Centro de Dia, Apoio Domiciliário), vindo a anular o guião acima referido, que foi feito com base nas informações que possuía inicialmente, partilhadas por pessoas que eu conheço e tem ligações ao Centro (funcionários e clientes). Como tenho vindo a referir, após ter falado com as ditas Técnicas verifiquei a necessidade de alterar o objectivo inicial desta tese, a necessidade de se fazer um novo projecto social, na intenção de se construir um espaço melhorado em qualidade e dimensões de infra-estruturas, que ficou designado de “Centro Social: melhoria das instalações”.

Esta entrevista serve para comprovar a necessidade de se construir infra-estruturas na intenção de qualificar o espaço, com o objectivo de proporcionar aos atuais clientes, garantia de qualidade e atrair outros novos clientes. (Apêndices)

2.7. Síntese Conclusiva

Já algum tempo após ter iniciado este Mestrado em Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo, que me interessei por desenvolver este tipo de projeto, “Centro Social: melhoria das instalações”. A área da minha Licenciatura em Animação Sociocultural, e pelo facto de ter a experiência profissional directa com crianças e jovens e indirecta com idosos, deu-me uma visão mais clara da necessidade de se criar cada vez mais condições básicas para um crescimento saudável das crianças e jovens e bem-estar dos mais idosos e necessitados de apoio diário.

O facto de morar em Águas de Moura há já muitos anos, facilita o conhecimento que tenho das necessidades e dificuldades da população desta região, (comprovado, como se verifica, pelo trabalho de terreno desenvolvido).

Desde há muito tempo, que de entre algumas informações que me chegavam, soube das dificuldades das Valências (Creche e Centro de Dia), em poder desempenhar da melhor forma as suas funções enquanto fornecedores de serviços, dado as dimensões das infra-estruturas actuais. Isto porque desde sempre se depararam com dificuldades financeiras de poderem criar desde início o projeto “ideal”.

A Creche actual encontra-se num espaço cedido pela Câmara Municipal de Palmela à União Social Sol Crescente, a qual sofreu alterações estruturais para se adequar ao serviço que iriam prestar no futuro, creche, infantário e CATL. Quanto ao Centro de Dia actual, surgiu de umas instalações pré-fabricadas que foram construídas inicialmente para albergar trabalhadores da auto-estrada (Lisboa-Algarve)

em construção. Como tal este edifício também sofreu alterações a nível de estruturas para prestar serviço na área de Centro de Dia e apoio domiciliário.

Verifica-se que ambas as Valências não foram construídas de raiz com o propósito para o qual estão a funcionar de momento, o que realça o problema que ambas partilham, a falta de espaço para desempenhar da melhor forma as suas funções e no caso do Centro de Dia ainda se verifica o fato de estas instalações serem pré-fabricadas em madeira (tornando muito caro a sua manutenção) e de se situarem longe da população, evitando assim a deslocação a pé por parte dos idosos na intenção de passear.

Contudo confirma-se esta necessidade com o decorrer do processo que se encontra em curso, um novo projeto para a construção de um novo espaço onde irá ser construído um edifício que forneça serviços na área da Creche, infantário e CATL. Deslocando o Centro de Dia para onde se encontra a Creche, sofrendo esta as alterações estruturais necessárias ao melhor desempenho das funções a que se propõe, assiste-se à melhoria real das condições de trabalho e fruição destes espaços, embora não seja a situação ideal. Esta é, presentemente, a solução possível dado o orçamento para um projeto que albergue todas as funções desde a Creche até ao Centro de Dia ser muito elevado e devido “à crise” e a falta de fundos para este propósito.

Segundo a informação fornecida pelas técnicas responsáveis pelas Valências (Creche, CATL e Centro de Dia e Apoio Domiciliário), ambas as Valências funcionam com números excessivos de clientes em relação ao contrato elaborado com a Segurança Social, do no qual a Creche acordou acolher 75 e tem de momento 77 crianças; o Centro de dia tem lotação para 40, acordou 33 e acolhe de momento 44 idosos e o Apoio Domiciliário tem de momento 26 utentes com um acordado para dar resposta a 20 utentes.

PARTE III – PROPOSTA DO PROJECTO DE INTERVENÇÃO

3. Proposta do Projecto de Intervenção “Centro Social: melhoria das instalações”

Quando os projectos de intervenção comunitária são implementados em várias vertentes, mediante as necessidades das populações, normalmente atingem grandes proporções relativamente à sua abrangência, o que dá origem por sua vez à escassez de recursos, nomeadamente humanos (técnicos de intervenção) e à necessidade de incidir em pontos ou grupos-alvo que façam com que os projectos de intervenção possam seguir o seu percurso sem deixar para trás nenhuma das suas medidas

implementadas e para que grande parte dos seus objectivos iniciais também sejam concretizados.

É neste sentido que descreverei as actuais condições de ambas as Valências no sentido de justificar a acção do meu trabalho académico.

Memória Descritiva do actual projeto da Creche, Infantário e CATL

O presente projecto refere-se ao projecto de alterações de um edifício para creche, infantário e CATL sito na Rua Alberto Valente - Águas de Moura — freguesia da Marateca - Palmela, numa propriedade de 984,00 m², propriedade da União Social Sol Crescente da Marateca.

Esta unidade de ensino debate-se desde sempre com falta de espaço para desempenhar da melhor forma a sua função. É na sequência desta necessidade que se procederam às alterações que se passa a enumerar:

- Foi criada uma nova sala de actividades, onde antes existia um pequeno pátio exterior, do qual não se fazia qualquer uso;
- Em consequência da alteração acima mencionada foi reformulada a zona de entrada, quer exterior quer interior;
- Também a Instalação Sanitária que existia nesta zona de actividades foi reformulada e criada uma nova, visto a área destinada às crianças ser agora maior, comportando assim um maior n.º de alunos;
- Houve a realocização de algumas portas e janelas de forma a melhor servirem os compartimentos onde se encontram;
- Junto á cozinha e entrada de serviço foi criada uma zona de arrumos, onde antes existia um alpendre, além de um portão que veda esta zona da zona de logradouro/recreio exterior;
- Do piso 0 nasce um acesso para um primeiro piso que antes não existia e que surge agora para a função de CATL;
- A este espaço correspondem duas salas e uma instalação sanitária;
- Ao nível das coberturas surgem algumas alterações, consequência de todas as outras que acabamos de mencionar;
- Também os alçados sofreram algumas alterações, nomeadamente com o avanço da construção para o alinhamento em toda a sua frente, com a criação da nova sala de actividades no piso 0;
- Houve o redimensionamento de algumas das fenestraçãoes, principalmente no alçado tardoz. (cedido pelas Valências, 2012)

Descrição dos Espaços:**PISO 0**

Hall 1	11.50 m2
Sala de actividades 1	32.30 m2
Sala de actividades 2	20.90 m2
Muda e copa de leite	8,25 m2
Berçário	32.30 m2
I.S. 1	3.30 m2
I.S. 2	3.30 m2
Recepção	10.00 m2
I.S. Admin.	2.40 m2
Arrumos 1	8.25 m2
Sala de actividades 3	57.00 m2
Arrumos 2	7.80 m2
I.S. 3	8.25 m2
I.S. 4	6.20 m2
Despensa do Dia	8.85 m2
Cozinha	26.70 m2
Arrumos 3	9.60 m2
Corredor	7.05 m2

PISO 1

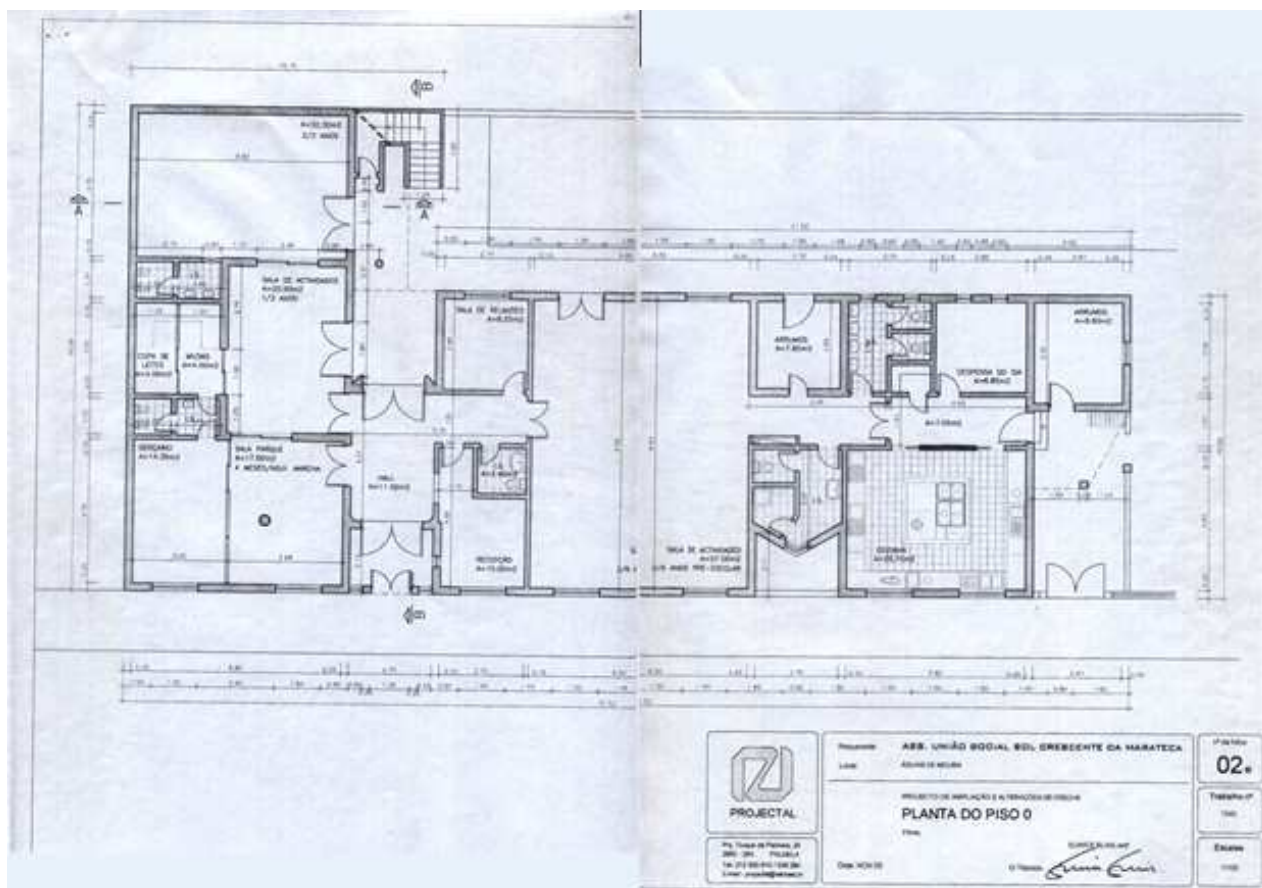
Sala de actividades ATL 1	32,30 m2
I.S.	3.20 m2
Sala de actividades ATL 2	21.50 m2
Área total do terreno	984.00 m2
Área de construção anteriormente aprovada	206.00 m2
Área do Piso 0 proposta	325.60 m2
Área do Piso 1 proposta	63.10 m2
Área total de pavimentos proposta	388.70 m2

Materiais de construção e cromatismo

- Os acabamentos exteriores são os presentes no Plano de Cores.
- No que diz respeito aos acabamentos interiores todas as salas de actividades corredores e gabinetes são revestidas a materiais facilmente laváveis, não tóxicos e de resistência elevada, sendo todas as bancadas de material liso, lavável e impermeável.
- As paredes, pavimentos e tectos das instalações sanitárias, são revestidos de materiais resistentes, impermeáveis e de fácil limpeza.

- Também na cozinha e zonas de serviços, foram utilizados materiais do mesmo tipo e com as mesmas características, sendo as bancadas de material liso, lavável e impermeável. (cedido pelas Valências, 2012)

Planta – Nº 1



- * **Planta da atual Valência de Creche e ATL (cedido pelas Valências, 2012)**

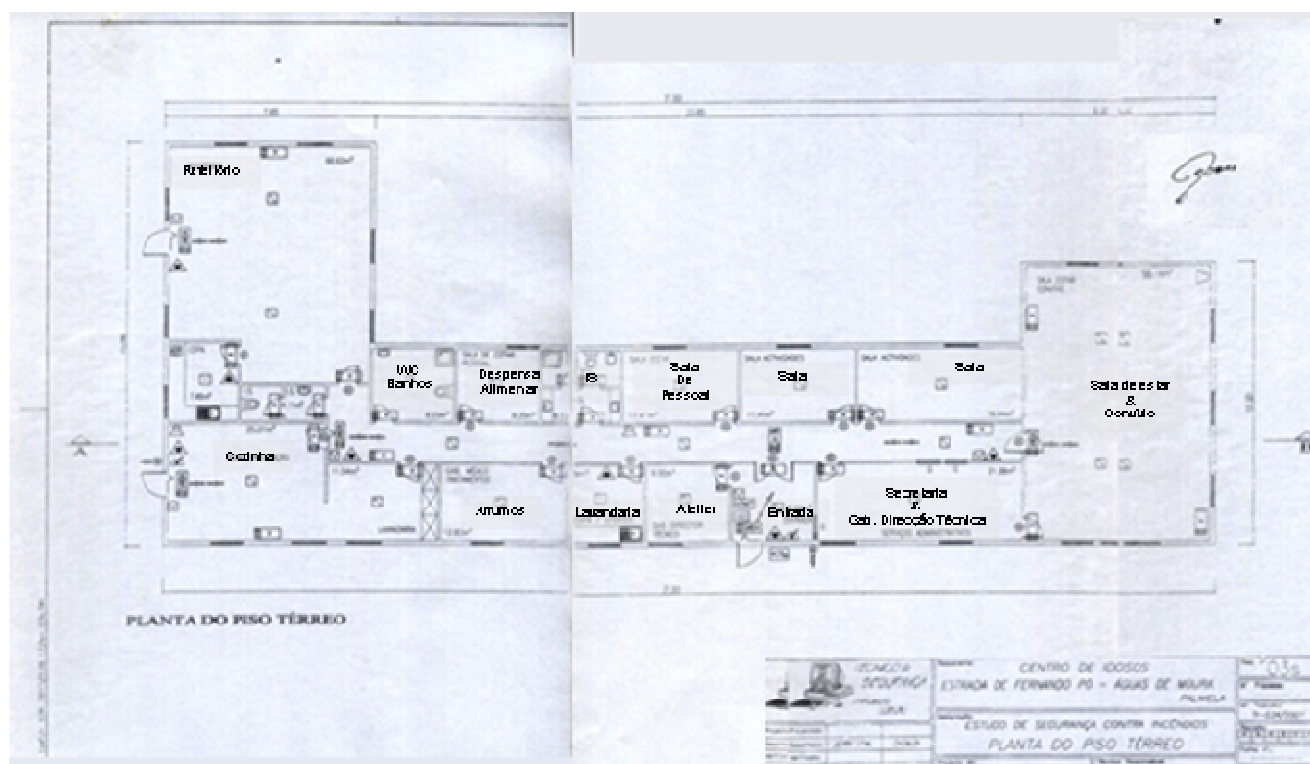
Memória Descritiva do actual projeto do Centro de Dia e Apoio Domiciliário

O presente projecto refere-se ao projecto de alterações de um edifício para Centro de Dia e Apoio Domiciliário sito no Bairro Sesmaria Pato Herdade do Zambujal, Águas de Moura — freguesia da Marateca - Palmela, numa propriedade com cerca de 1100,00 m², propriedade da União Social Sol Crescente da Marateca.

Esta unidade de ensino debate-se desde sempre com falta de espaço para desempenhar da melhor forma a sua função, deslocação em relação à população de Águas de Moura e uma manutenção bastante cara (edifício em madeira).

Descrição dos Espaços:**Piso 0**

Refeitório.....	60.62 m2
Copa.....	7.48 m2
I.S.....	4.11 m2
Cozinha.....	36.55 m2
Arrumos.....	12.83 m2
Lavandaria.....	5.00 m2
Atelier.....	8.55 m2
Entrada.....	8.55 m2
Secretaria / Gab. Direcção Técnica.....	21.38 m2
Sala de estar & Convívio.....	58.14 m2
Sala de atividades.....	16.64 m2
Sala de descanso.....	11.41 m2
Sala de pessoal.....	11.41 m2
I.S.....	8.53 m2
Despensa de alimentos.....	8.25 m2
WC de banhos.....	8.25 m2

Planta – N° 2

* **Planta da atual Valência de Centro de Dia e Apoio Domiciliário (cedido pelas Valências, 2012)**

3.1. Apresentação do Projecto

PROJECTO DE ARQUITECTURA (Elaborado e cedido pelas Valências)

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA DA CRECHE

Introdução

A presente memória descritiva e justificativa refere-se ao projecto de arquitectura, de um edifício destinado a creche e jardim de Infância, sito na Quinta do Pinheiro, Olhos de Água, para um lote de terreno com a área de 1.500,00m².

Localização e Instalação

A localização do edifício onde se propõe as presentes valências, encontra-se inserido em zona habitacional de aglomerado urbano com fácil acesso e devidamente infra-estruturado. Encontra-se ainda situado fora de zonas industriais poluentes, ruidosas e insalubres, bem como não se encontra sob linhas aéreas de transporte de energia eléctrica de alta e média tensão ou nas suas faixas de protecção ou em zona em leito de cheias com nível freático baixo, que possam por em causa a integridade física e psíquica das crianças.

O edifício desenvolve-se num único piso e destina-se integralmente às valências de Creche e jardim-de-infância. O edifício possui uma boa exposição solar, com protecção solar adequada nos vãos exteriores, nomeadamente por meio de estores de ensombramento. Todos os espaços onde se encontra prevista a permanência das crianças, possuem iluminação e ventilação natural, dimensionadas de acordo com o artigo 71º do preceituado **RGEU**, Regulamento geral das edificações urbanas, (área de vãos igual ou superior a 10% da área do compartimento), sendo a percentagem de área de iluminação de 20 a 25% da área de pavimento nos espaços destinados a Jardim de Infância, nomeadamente no que se refere à Sala de Actividades e à Sala Polivalente, de acordo com o preceituado no Despacho conjunto n.º268/97 de 25 de Agosto - e com o artigo 73º (janelas ou portas exteriores dos compartimentos utilizados pelas crianças, afastados a um mínimo de 3,00m de muros e não possuem qualquer obstáculo à iluminação numa distância mínima de 2,00m para ambos os lados do eixo vertical da janela) do preceituado RGEU.

Em todo o edifício estão asseguradas as condições adequadas a uma

fácil e rápida evacuação em caso de emergência, possuindo os requisitos de segurança contra incêndios, de acordo com o exigido pelo Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, nomeadamente uma largura livre da via não inferior a 3,5m de acesso às paredes exteriores do edifício por parte dos bombeiros, Uma inclinação da via não superior a 15%, compartimentação, isolamento e protecção no seu interior de acordo com o previsto na secção III do Capítulo III do Anexo ao Decreto-Lei n.º414/98 de 31 de Dezembro.

Descrição da proposta (elaborado pelas Valências)

A primeira preocupação na abordagem do presente projecto, prendeu-se com a criação de um edifício que conseguisse cumprir a função pretendida e ao mesmo tempo, adaptando-o da melhor maneira ao lugar onde se insere.

Em todo o processo, foram tidas em especial atenção, todas as normas de uso e de segurança regulamentares ao tipo de uso pretendido, e ao programa de Creche e jardim de Infância.

A nível formal e conceptual, o edifício segue linhas ortogonais, dentro de uma linguagem arquitectónica contemporânea. Através do balanço do edifício a Sul, é rentabilizado o desnível natural do terreno, tornando possível albergar desta forma 10 lugares de estacionamento automóvel, de um total de 22 previstos no interior do lote.

A proposta incorpora assim a valência de Creche distribuída em 3 Salas, sendo uma destinada a berçário com capacidade para 10 crianças, uma sala destinada a Creche dos 1 a 2 anos de idade com capacidade para 10 crianças, e uma sala destinada a Creche dos 2 a 3 anos com capacidade para 15 crianças contemplando um total de 35 crianças na valência de creche.

A proposta incorpora ainda a valência de jardim-de-infância numa Sala de Actividades com capacidade de 25 crianças.

No total, o edifício prevê uma capacidade de 60 crianças.

Resumo:

- Berçário em Creche - 10 crianças
- Creche (1 aos 2 anos) - 10 crianças
- Creche (2 aos 3 anos) - 15 crianças
- Jardim-de-infância (3 aos 5 anos) - 25 crianças
- CATL (6 aos 10 anos) - 20

Total: 80 Crianças

Os espaços comuns à Creche e ao jardim-de-infância são o gabinete do director, sala da administração e secretaria, sala de pessoal e respectiva instalação sanitária, sala polivalente, Copa e ainda uma Instalação Sanitária destinada a pessoas de mobilidade reduzida. Optou-se por uma instalação sanitária que pudesse servir tanto público em geral como pessoas de mobilidade condicionada. Assim, na instalação sanitária contígua à sala pessoal, prevê-se a integração de peças sanitárias de apoio aos funcionários, composto por um lavatório, uma sanita e uma base duche.

A Copa encontra-se voltada a Norte e localiza-se junto à sala polivalente, com ligação através de um passa-pratos e de um vão de acesso. O acesso à copa é feito pelo exterior através de um vão de passagem, na fachada Norte, para uma zona de circulação que por sua vez acede à copa e à despensa. O acesso interior à copa é feito através do corredor que liga ao átrio de entrada. A existência da copa deve-se ao facto de as refeições serem confeccionadas fora das instalações, por empresas exteriores, não havendo a necessidade de possuir área e equipamento necessário a uma cozinha. Procurou-se ainda assim garantir o circuito de aquecimento/preparação - empratamento - recepção-de-sujos sem que haja cruzamento entre estes estágios da organização do funcionamento da copa, da melhor forma possível.

Relativamente ao espaço exterior destinado a recreio, foi proposta uma área com equipamento infantil. O acesso ao recreio é feito através de passadiços que permitem vencer a inclinação do próprio terreno e garantir a ligação directa ao mesmo a partir do edifício. As passadeiras exteriores serão em pavimento cerâmico antiderrapante, e na zona do equipamento infantil o pavimento será em granulado de borracha virgem. (cedido pelas Valências,2012)

Posto isto, a proposta visa:

- Área de implantação do edifício: 446,95 m²
- Área total de construção: 446,95 m²
- Área útil do edifício: 331,00 m²
- Volumetria de construção: 1.787,80 m³
- Área total de recreio: 198,65 m²
- 1 Piso - cércea: 8,00 m

Desenvolvimento Espacial

O acesso à propriedade será efectuado por dois portões situados no muro de vedação confinante com o arruamento principal a Nascente, sendo o portão de acesso mais a Sul o principal, de acesso pedonal por parte das crianças e pais, pelo que o portão mais a Norte servirá como entrada de automóveis destinada ao pessoal e público, com apenas um sentido, culminando com a zona de estacionamento situada na frente sul do lote, bem como com o portão de saída automóvel, confinante com o arruamento público a Sul.

O acesso ao edifício far-se-á pelo Alçado Nascente por meio de um vão de passagem com acesso ao Átrio de entrada, por onde se desenvolve o acesso a todo o piso. O Átrio de entrada é ladeado pela Secretaria, e Sala da Administração, situando-se na outra extrema a Sala Polivalente, contígua ao mesmo. Pelo átrio principal de entrada é feita a distribuição espacial do edifício aos restantes espaços e valências. Para Norte, acede-se a um corredor que conduz à Copa e Sala Polivalente. Para Sul, o corredor de circulação, dá acesso ao Gabinete do Director, à Instalação Sanitária destinada ao público em geral e pessoas de mobilidade condicionada, assim como à Sala Pessoal, onde está integrada uma instalação sanitária com um lavatório, uma sanita e uma base-duche. Por este corredor acedemos ainda a um vão de passagem, que encerra a circulação referente aos espaços destinados a Berçário, Creche e jardim de Infância.

O Berçário está localizado a Poente. É destinado a crianças até um ano e tem capacidade para 10 crianças. O acesso é feito através da Sala Parque que inclui Sala de Berços, e uma zona destinada a fraldário. A sala de berços e a sala parque têm comunicação visual e de passagem, entre si através de uma parede de vidro, que permite o controlo dos bebés durante as horas de repouso. Deste programa faz ainda parte a copa de leites, contígua à Sala Parque e de Berços, com acesso directo pela zona de circulação.

A Creche (a partir de um ano até aos três anos) desenvolve-se ao longo da fachada Sul, e é dividida em duas salas de actividades, uma que se destina às crianças de um ano aos dois anos e com capacidade para 10 crianças, e outra destinada a crianças de dois a três anos, com capacidade para 15 crianças, em cada uma das salas está prevista uma bancada com cuba de água.

Ambas as salas partilham a mesma instalação sanitária dimensionada de acordo com o despacho normativo n.º99/89 de 27 de Outubro, composta por cinco sanitas, quatro lavatórios, 1 vidoir e uma

bancada fraldário com banheira.

- Creche (1 aos 2 anos) - 10 crianças
- Creche (2 aos 3 anos) - 15 crianças

O jardim de Infância (crianças dos três aos cinco anos) situa-se na fachada a Norte, e integra uma sala de actividades no piso 1, equipada com uma bancada com uma cuba de água. A instalação sanitária de apoio à Sala de Actividades destinada a jardim-de-infância, possui 3 lavatórios, 4 sanitas e uma base de duche, dimensionada de acordo com o Despacho Conjunto n.º266/97 de 25 de Agosto.

- Jardim-de-infância (3 aos 5 anos) - 25 crianças

O CATL (crianças dos seis aos dez anos) não vem discriminado neste projeto original porque não está contemplado no acordo com a Segurança Social, visto que este tipo de apoio está pensado para que no futuro seja dado pelas próprias escolas. De qualquer forma enquanto houver possibilidades de dar este tipo de apoio por parte da Creche, está pensado em inserir os jovens na sala polivalente para atividades.

- CATL (6 aos 10 anos) - 20 crianças

Do exposto, nos pontos anteriores, verifica-se o maior cuidado, quer na organização dos espaços, quer da sua funcionalidade. As peças desenhadas são bem esclarecedoras das razões avançadas pelo que reputamos desnecessária uma maior explanação. (cedido pelas Valências, 2012)

Descrição dos Espaços que compõem as Valências (Creche e Jardim de infância)

Creche:

A valência de Creche desenvolve-se nos seguintes espaços:

- 1 Berçário no Piso 1 com capacidade para 10 crianças, composta por uma sala-parque com área de 23,40 m² e uma Sala de Berços com área de 20,05 m², separadas por vidro que permite a ligação visual entre as salas e um vão de ligação entre ambos;
- 1 Fraldário no Piso 1, com acesso pela Sala-Parque do berçário, com bancada almofadada e banheira com um ponto de água;
- 1 Sala de Actividades no Piso 1 destinada a crianças dos 1 a 2 anos, com área de 22,70 m² e capacidade máxima de 10 crianças; é composta por uma

bancada com ponto de água;

- 1 Sala de Actividades no Piso 1 destinada a crianças dos 2 a 3 anos, com área de 31,45m² e capacidade máxima de 15 crianças; é composta por uma bancada com ponto de água;
- 1 Instalação sanitária no Piso 1 de apoio às duas salas de actividades destinadas a Creche para crianças dos 1 aos 2 anos e dos 2 aos 3 anos composta com 5 sanitas, 1 vidoir, 4 lavatórios, 1 base-duche, 1 tampo muda-fraldas;
- 1 Sala Polivalente/Refeitório para realização de actividades complementares e para servir refeições às crianças, com área contemplando 0,70m² por criança em Creche ($0,70 \times 25 = 17,5\text{m}^2$ de área mínima);
- Recreio exterior com área de 198,65m²; (o mesmo espaço utilizado pela valência de jardim de Infância). (cedido pelas Valências, 2012)

Jardim de Infância:

- 1 Sala de Actividades no Piso 1 destinada a crianças dos 3 a 5 anos de idade, com área de 50,00m² e capacidade máxima de 25 crianças; é composta por uma bancada com ponto de água;
- 1 Instalação Sanitária de apoio à Sala de Actividades, composta por 4 sanitas, 3 lavatórios e uma base-duche;
- 1 Sala Polivalente/Refeitório para realização de actividades complementares e para servir refeições às crianças (o mesmo espaço utilizado pela valência de Creche) sendo a sua área superior à maior sala de actividades destinada a jardim-de-infância;
- Recreio exterior com área de 198,65m² (2 vezes a área de Sala de Actividades em jardim de infância: $2 \times 50,00 \text{ m}^2 = 100\text{m}^2$ de área mínima). (cedido pelas Valências, 2012)

Áreas Técnicas:

- Secretaria situada no Piso 1 no Átrio de entrada;
- Sala do Pessoal composta por uma instalação Sanitária do Pessoal, composta por 1 lavatório, 1 sanita e 1 base-duche; prevê-se a colocação de cacifos na Sala do Pessoal;
- Armário situado no Piso 1 com acesso pela zona de circulação para arrumo de produtos de limpeza;
- Copa situada no Piso 1 para preparação e distribuição de refeições composta por uma zona de preparação munida por dois pontos de água, frigorífico,

forno, e microondas; zona de sujos composta por um ponto de água e máquina de lavar loiça; ponto de água de higienização accionado por pedal;

- Despensa para arrumo de utensílios alimentares;
- 1 Copa de Leites no Piso 1 de apoio ao berçário com bancada para preparação de alimentação; os equipamentos contemplados no espaço são: 1 fogão eléctrico, esterilizador de biberões, frigorífico e lava-loiças (Norma VII, Despacho Normativo n.º99/89 de 27 de Outubro);
- Gabinete do Director situado no Piso 1;
- Zona destinada ao depósito e recolha de lixos, situada no exterior do edifício junto à fachada Norte da propriedade;

No espaço não é prevista lavandaria uma vez que o tratamento de roupas será efectuado por uma empresa exterior.

Outros Espaços:

- Instalação sanitária de apoio ao público e a pessoas de mobilidade condicionada, contígua à circulação para Sul do Átrio de Entrada, composta por uma sanita com barras laterais de apoio e um lavatório; os equipamentos previstos são os adequados à utilização por pessoas de mobilidade condicionada, bem como é prevista uma zona de rotação de 360º de acordo com o Decreto-Lei n.º163/2006 de 8 de Agosto.

Acessibilidades

Na elaboração do presente projecto de arquitectura foram adoptadas e tidas em consideração todas as soluções em matéria de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade condicionada, nos termos regulamentados pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 08 de Agosto, pelo que se anexa ao projecto de arquitectura a peça desenhada designada como Plano de Acessibilidades para o piso 1.

Em todas as divisões necessárias foi considerado o acesso assim como uma área de circulação/rotação de 360º para uma pessoa em cadeira de rodas.

E s t a c i o n a m e n t o

Relativamente ao estacionamento automóvel no interior da propriedade foram previstos 22 lugares.

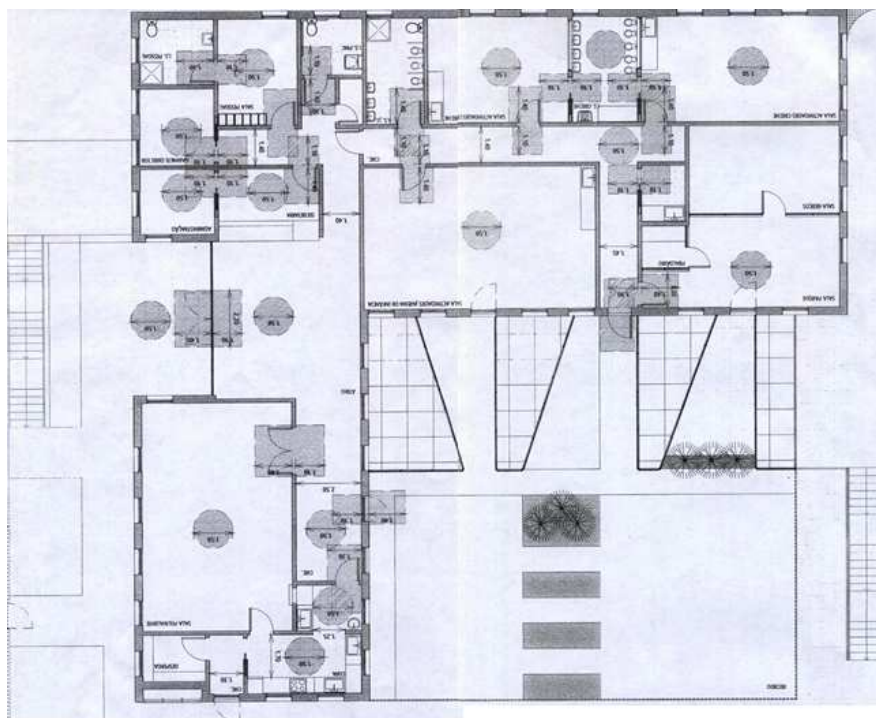
Regulamentos e Omissões

Em todos os pormenores construtivos ou de natureza regulamentar omissos na presente memória descritiva, serão utilizados materiais de primeira qualidade, dentro das melhores normas construtivas e técnicas de acordo com o preceituado no R.G.E.U., assim como as instruções camarárias, bem como a demais legislação em vigor, nomeadamente o P.D.M. de Palmela. Assim como o Decreto-lei nº 163/06 de 8 de Agosto, Despacho Normativo nº 99/89 de 27 de Outubro e Despacho Conjunto nº 268/97 de 25 de Agosto.

Lisboa, 28 de Dezembro, 2010

A Técnica, N.º 39933 (0.E.)

Planta – N° 3



* **Planta da futura construção do Centro Social (cedido pelas Valências, 2012)**

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA DO CENTRO DE DIA

Estava inicialmente previsto construir-se de raiz todo o Centro Social num único lugar, mas dado o avultado orçamento para esta mesma construção, viu-se a necessidade de se fazer em separado as Valências (Creche e Centro de Dia).

Como tal, a Creche irá ser construída num novo terreno na nova urbanização, cedido pela Câmara Municipal de Palmela enquanto o futuro projecto do Centro de Dia

e Apoio Domiciliário, irá situar-se nas atuais instalações onde se encontra de momento a Creche que fica na Rua Alberto Valente, Águas de Moura — freguesia da Marateca - Palmela, numa propriedade de 984,00 m², propriedade da União Social Sol Crescente da Marateca.

Como tal está previsto recorrer a alterações no edifício para que se adapte á futura resposta a ser posta em prática. (cedido pelas Valências, 2012)

3.2. Objetivos

Seguidamente darei conta dos objectivos contemplados na Direcção-Geral da Acção Social para os equipamentos cujas instalações irão ser intervencionadas.

3.2.1 Objetivos Gerais

Creche

- a)** Proporcionar à criança um desenvolvimento global e harmonioso a todos os níveis: emocional, físico, psíquico, entre outros;
- b)** Fomentar a auto-estima e a autonomia da criança, ajudando-a a adquirir hábitos de saúde, higiene e segurança e a facilitar relações com os seus próximos;
- c)** Contribuir para a construção da identidade cultural da criança, o seu conhecimento do real e apreço pela diversidade do mundo nas suas manifestações físicas e sociais bem como o respeito pelo património natural e cultural e, em particular, pela dignidade de todos os seres humanos;
- d)** Promover nas crianças a prática de comportamentos saudáveis no que diz respeito ao mundo que as rodeia. (Segurança Social, 2012)

Centro de Atividades de Tempos Livres

- a)** Permitir a cada criança ou jovem, através da participação na vida em grupo, a oportunidade da sua inserção na sociedade;
- b)** Contribuir para que cada grupo encontre os seus objectivos, de acordo com as necessidades, aspirações e situações próprias de cada elemento e do seu grupo social, favorecendo a adesão aos fins livremente escolhidos;
- c)** Criar um ambiente propício ao desenvolvimento pessoal de cada criança ou jovem, por forma a ser capaz de se situar e expressar num clima de compreensão, respeito e aceitação de cada um;
- d)** Favorecer a inter-relação família/escola/comunidade/estabelecimento, em ordem a uma valorização, aproveitamento e rentabilização de todos os recursos do meio. (Segurança Social, 2012)

Centro de Dia

- a) O Centro de Dia é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sociofamiliar. (Segurança Social, 2012)

Serviços de Apoio Domiciliário

- a) Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e famílias;
- b) Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização.

3.2.2 Objetivos Específicos

Creche

- a) Proporcionar o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças num clima de segurança afectiva e física, durante o afastamento parcial do seu meio familiar através de um atendimento individualizado;
- b) Colaborar estreitamente com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo das crianças;
- c) Colaborar de forma eficaz no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência assegurando o seu encaminhamento adequado.

Centro de Atividades de Tempos Livres

- a) Garantir o ambiente físico adequado, proporcionando as condições para o desenvolvimento das actividades, num clima calmo, agradável e acolhedor;
- b) Recrutar e admitir unidades de pessoal, em número suficiente e com preparação adequada que garanta o bom atendimento que se pretende proporcionar às crianças e jovens;
- c) Proporcionar uma vasta gama de actividades integradas num projecto de animação sociocultural em que as crianças e os jovens possam escolher e participar livremente, considerando as características dos grupos e tendo como base o maior respeito pela pessoa;
- d) Manter um estreito relacionamento com a família, os estabelecimentos de ensino e a comunidade, numa perspectiva de parceria, tendo em vista a partilha de responsabilidades a vários níveis.

Centro de Dia

- a) Prestação de serviços que satisfaçam necessidades básicas;
- b) Prestação de apoio psicossocial;

- c) Fomento das relações interpessoais ao nível dos idosos e destes com outros grupos etários, a fim de evitar o isolamento.

Serviços de Apoio Domiciliário

- a) Assegurar aos indivíduos e famílias satisfação de necessidades básicas;
- b) Prestar cuidados de ordem física e apoio psicossocial aos indivíduos e famílias, de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar;
- c) Colaborar na prestação de cuidados de saúde.

Sugestões: funções a adequarem ao projeto pós uma exaustiva pesquisa em outros Centros Sociais que se têm vindo a adequar aos tempos atuais, que de certa forma podem vir a ser pertinentes para a melhoria dos serviços deste Centro.

Tendo em consideração os objectivos propostos pela Segurança Social para as valências de Creche, CATL, Apoio Domiciliário e Centro de Dia e as necessidades da população de Águas de Moura, são meus objectivos com este projecto:

Creche e CATL

- ❖ Propor aos pais e encarregados de educação, mediante protocolos previamente negociados, o alargamento de horários e o seu funcionamento aos fins-de-semana e feriados, uma vez que o horário só vai de segunda a sexta-feira;
- ❖ Diversificar a oferta de actividades do CATL e do seu Centro de Estudos e Animação Juvenil, não só nas instalações internas de apoio como no exterior.
- ❖ Ter um Técnico Superior de Animação Sociocultural (dado os horários das escolas, partilhar este técnico com a Creche e o Centro de Dia)

Centro de Dia e Apoio Domiciliário

- ❖ Prolongar o horário do Centro de Dia de forma a permitir aos idosos tomar a refeição da noite;
- ❖ Manter o Centro de Dia aberto aos fins-de-semana e feriados para os idosos interessados;
- ❖ Alargar os serviços de Apoio Domiciliário aos fins-de-semana a mais utentes/clientes;
- ❖ Alargar este serviço 24 horas por dia;
- ❖ Criar um serviço de tele-alarme, que permita ao idoso uma permanente ligação aos técnicos em serviço no Centro Social e Comunitário;

- ❖ Acompanhar idosos, não só em questões de autonomia mas também de lazer e saúde.

3.3. Obejtivos a atingir a curto, médio e longo prazo

Tendo em conta que os projectos são criados e implementados pela necessidade e não pela urgência, será necessário:

A *curto prazo* continuar a ser uma Instituição de referência e excelência em termos de satisfação dos utentes e suas famílias, reconhecida pelos serviços que presta. Criar novas respostas e melhorar as existentes para que cada dia seja um passo ao encontro dos requisitos da comunidade. Apostar na melhoria contínua da qualidade dos serviços e aumentar a oferta de respostas de acordo com as expectativas da comunidade.

A longo prazo qualificar valências e departamentos, não só na área social e habitacional, como na cultura, desporto e aproveitamento dos tempos livres, flexibilizando horários, formando e qualificando técnicos e voluntários, de forma a melhorar as respostas existentes e antecipar novas intervenções que respondam às necessidades do meio envolvente.

3.4. Intervenientes no Projecto e suas Equipas

Os recursos humanos serão os previstos segundo Direcção-Geral da Acção Social:

Valência – Creche / CATL

Creche

Sem prejuízo do que se encontrar estabelecido no instrumento de regulamentação colectiva de trabalho e demais legislação laboral e com o objectivo de assegurar os níveis adequados na qualidade de atendimento, tendo em conta não só o número de horas de permanência das crianças mas principalmente a sua vulnerabilidade, os quadros de pessoal destes estabelecimentos devem obedecer às seguintes orientações técnicas: (Segurança Social, 2012)

Direcção Técnica

- 1 A direcção técnica do estabelecimento, deverá ser assumida por um técnico com formação adequada na área da psicopedagogia, designadamente: psicólogo, educador de infância, enfermeiro ou técnico de serviço social, com

experiência mínima de três anos, em programas educacionais na área de infância, competindo-lhe:

- a) Zelar pelo conforto das crianças preservando a qualidade dos espaços e o atendimento, com particular atenção aos aspectos de higiene, alimentação e desenvolvimento global, assegurando a efectiva execução do projecto pedagógico;
 - b) Fazer a gestão dos recursos humanos e sensibilizar todo o pessoal face à problemática da infância e promover a sua actualização com vista ao desempenho das funções;
 - c) Assegurar a colaboração com os serviços de saúde e outros, tendo em conta o bem-estar físico e psíquico das crianças;
 - d) Promover a articulação com as famílias, em ordem a assegurar a continuidade educativa.
- 2 O pessoal técnico e auxiliar deverá ser em número suficiente, convenientemente seleccionado e preparado para assegurar, no período de funcionamento e em estreita colaboração com as famílias os cuidados necessários às crianças.
- 3 Salvaguardando os aspectos fundamentais da estrutura física da organização da creche e de acordo com o número de crianças distribuídas nas áreas de permanência, considera-se necessário ao bom funcionamento de uma creche, os seguintes indicadores de pessoal:
- a) 1 Director técnico, que sendo educador, acumulará com funções de acção directa;
 - b) 1 Educador de infância afecto a cada grupo de crianças;
 - c) 1 ou 2 elementos auxiliares de pessoal técnico para cada grupo de 10 crianças, dependendo do número de horas de funcionamento;
 - d) 1 Cozinheiro;
 - e) Empregadas auxiliares, de acordo com a dimensão do estabelecimento e número de horas de funcionamento.
- 4 Os estabelecimentos facultarão o acesso do seu pessoal técnico e auxiliar à frequência de acções de formação organizadas pelas entidades competentes.
- 5 Sempre que o estabelecimento não preencha a lotação, o quadro de pessoal poderá ser adaptado de acordo com as orientações técnicas do Centro Regional de Segurança Social da respectiva área.

CATL (Quadro Tipo de Pessoal para 120 Crianças (grupos de 20) e Jovens)	
Pessoal / Categorias	Nº de Unidades
- Director Técnico	1
- 1 Técnico para cada grupo de 20 crianças	3
- Técnico responsável pelas actividades dos jovens	3
- Trabalhador auxiliar	1 ou 2 a)
- Cozinha	b)
- Pessoal para algumas actividades específicas (artesãos, músicos, professor de educação física, entre outros)	c)
a) O nº destes trabalhadores depende das dimensões e características do estabelecimento. b) Este pessoal respeita às situações em que a instituição fornece alimentação. c) Estes elementos podem não integrar o quadro de pessoal.	

Centro de Dia (Quadro tipo de Pessoal para 30 utilizadores)	
Pessoal / Categorias	Nº de Unidades
- Director Técnico	1 a)
- Técnico de Animação	1
- Ajudante de Centro de Dia	1
- Ajudante Familiar	b)
- Motorista	1
- Cozinha	1
- Empregado Auxiliar	1
a) Em Centro de Dia com menos de 30 utentes, o Director Técnico deve acumular as funções de técnico de animação. b) Ver documento - "Serviços de Apoio Domiciliário"	

Serviços de Apoio Domiciliário

- 1 Na determinação das unidades de pessoal, ter-se-ão em conta os indicadores constantes no ponto 2, adaptando-os com a necessária flexibilidade ao funcionamento de cada serviço.
- 2 Para assegurar níveis adequados de qualidade no funcionamento do serviço de apoio domiciliário, considera-se necessário o seguinte pessoal:

Pessoal / Categorias	Nº de Unidades
- Director técnico	1 a)
- Técnico de Serviço Social para 60 utentes	1
- Ajudante familiar por cada 6 utentes	1
- Cozinheiro	1
- Ajudante de cozinheiro por cada 30 utentes	1
- Trabalhador auxiliar (Serviços gerais) por cada 30 utentes	1
- Motorista	1
- Administrativo	1 b)
a) Pode acumular as funções (serviço Social) quando tiver formação de técnico de serviço social. b) Pessoal a ser incluído quando se justifique.	

3.5. Recursos e Materiais a utilizar

Os recursos financeiros que estas Valências vão dispor para a construção de uma nova Creche e alterações de um edifício para o novo Centro de Dia são: (cedido pelas Valências, 2012)

- ✓ PRODER (75%);
- ✓ Financiamento próprio;
- ✓ Comparticipação das famílias dos utentes;
- ✓ Doações;
- ✓ Angariações (espectáculos, jantares de beneficência, entre outros).

Penso que ainda se poderia recorrer aos seguintes “financiamentos”:

- ✓ Alargar o “Campo de Férias” aos jovens externos às Valências;
- ✓ Organizar viagens excursões;
- ✓ Organizar atividades desportivas e culturais

Os materiais a utilizar (contemplados na Segurança Social):

Creche

NORMA V - Características dos materiais e acabamentos (Segurança Social, 2012)[¹³]

- 1 As condições de protecção e segurança nas instalações estão relacionadas com os materiais de acabamentos, que devem:
 - a) contribuir para um eficaz isolamento térmico e permitir uma adequada insonorização;
 - b) ser lisos, não inflamáveis, antiderrapantes e de fácil limpeza;
 - c) as paredes devem constituir superfícies regulares, sem rugosidade, pintadas de cores claras e de fácil lavagem;
 - d) os tectos devem ser de materiais não inflamáveis, não libertar gases tóxicos e contribuir para um conveniente isolamento térmico e sonoro;
 - e) as portas e janelas devem ser de materiais que evitam riscos de acidente e permitam fácil utilização.

NORMA VII - Mobiliário e equipamento pedagógico

- 1 As creches devem dispor de mobiliário e equipamento com características adequadas às necessidades de conforto e estimulação do desenvolvimento das crianças, de acordo com a sua fase evolutiva.

O mobiliário a utilizar pelas crianças deve ser:

 - a) estável, cómodo e seguro, facilitando uma correcta postura física;
 - b) simples e sem arestas agressivas;
 - c) de fácil limpeza.
- 2 Os berços devem ser individuais e de uma altura tal que permita à criança, na posição de pé, ficar aproximadamente ao nível do adulto.
- 3 Para as crianças a partir de 1 ano de idade e caso se opte por colchões, devem ser igualmente individualizados, com espessura mínima de 10cm e revestidos de material anti-transpirante.
- 4 As salas de actividades devem dispor, para o conveniente arrumo do material pedagógico, de armários constituídos por uma parte fechada e outra de prateleiras acessíveis às crianças.

[¹³]Objetivos da Creche, disponível em: http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=16702&m=PDF - (acedido a 21/03/2012)

CATL

Norma XIV - Acabamentos de pavimentos e paredes (Segurança Social, 2012) ^[14]

- 1 O revestimento dos pavimentos deve ser de material com boas características de isolamento térmico, impermeável, facilmente lavável, não inflamável, não escorregadio e durável.
- 2 As paredes devem ser impermeáveis e laváveis até à altura mínima de 1,5 m do pavimento.

Norma XV - Equipamento e material pedagógico

- 1 Os diferentes espaços deverão ser equipados, qualitativa e quantitativamente, com o material necessário ao desenvolvimento das actividades e de acordo com os interesses das crianças e ou dos jovens.
- 2 O equipamento a ser utilizado pelos utentes deve possuir as seguintes características:
 - a) Ser adequado às diferentes idades e actividades;
 - b) Ser robusto, oferecer segurança, conforto e proporcionar uma correcta postura
 - c) Ser diversificado, ter formas simples e oferecer boas condições de higiene.

Centro de Dia

NORMA VI - Instalações (Segurança Social, 2012) ^[15]

- 1 O Centro de Dia autónomo deve ter como áreas funcionais as seguintes:
 - a) área técnica e administrativa;
 - b) área de refeições - refeitório, cozinha, despensa, lavandaria;
 - c) área de higiene - instalações sanitárias, banhos e outros serviços tais como cabeleireiro, pedicura;
 - d) área de tratamento de roupas - zona húmida, zona seca, estendal e arrumos.
- 2 O Centro de Dia deverá prever, se possível, uma área de alojamento temporário que comportará 1 espaço dimensionado para 4 camas.
- 3 O Centro de Dia integrado nas estruturas referidas em **h) Norma V** deve utilizar algumas áreas funcionais da estrutura de enquadramento.

^[14] Objetivos do CATL, disponível em: http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=13101&m=PDF - (acedido a 21/03/2012)

^[15] Objetivos do Centro de Dia, disponível em: http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=13856&m=PDF - (acedido a 21/03/2012)

Apoio Domiciliário

NORMA V - Instalações (Segurança Social, 2012) [¹⁶]

- 1 Quando o SAD funcionar em instalações autónomas, são exigidas as seguintes dependências:
 - a) Gabinete para atendimento e apoio logístico;
 - b) Sala de espera;
 - c) Instalações sanitárias;
 - d) Arrecadação;
 - e) Cozinha/despensa;
 - f) Lavandaria/rouparia.
- 2 Quando o SAD for desenvolvido a partir de uma estrutura já existente ou recorra a serviços exteriores (de refeições, lavandaria) são apenas exigidas as instalações referidas de a) a d) do número 1.

3.6. Parceiros e Instituições de Apoio

Este Projecto é constituído por um Consórcio de 9 Entidades, sendo elas a Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), o Instituto de Emprego e Formação Profissional de Setúbal (IEFP), a Câmara Municipal de Palmela (CMP), a Junta de Freguesia de Marateca, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Palmela (CPCJ), o Conselho Local de Acção Social de Palmela (CLASP), a União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Setúbal (UDIPSS), o Centro de Convívio do Poceirão e o Centro de Dia de Lagameças. (cedido pelas Valências, 2012)

Penso que se poderia alargar a parceria à Cáritas Portuguesa, uma vez que normalmente a Cáritas apoia este tipo de iniciativas e dispõe de verbas que estão contempladas nos serviços que prestam à comunidade.

3.7. Avaliação

A avaliação é e continuará a ser feita através de reuniões informais com os utentes e familiares dos mesmos e através dos modelos já existentes e estipulados pela Segurança Social. Modelos esses que se visam a Avaliação da Qualidade e a Avaliação da Satisfação. (cedido pelas Valências, 2012)

[¹⁶] Objetivos do Apoio Domiciliário, disponível em: http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=13855&m=PDF - (acedido a 21/03/2012)

Modelo de Avaliação da Qualidade

Os Modelos de Avaliação da Qualidade, (Segurança Social, 2012) [¹⁷], das Respostas Sociais, desenvolvidos pelo ISS, I.P. em 2005 e agora revistos, enquadram-se na necessidade sentida de ajustar as respostas sociais às novas realidades com que nos confrontamos, contribuindo também com as políticas públicas para um exercício de cidadania mais responsável.

A experiência da implementação de Sistemas de Gestão da Qualidade, que originaram as primeiras respostas sociais certificadas com a marca ISS, provam que é possível certificar a prestação de serviços no Sector Social, respeitando necessidades e expectativas das partes interessadas e levando em conta as especificidades de funcionamento destes serviços.

A experiência mostra-nos que o investimento inicial na (re)organização dos processos permite ganhos em termos da eficiência, da eficácia e da racionalização dos serviços prestados, alargando e aumentando, desta forma, a satisfação das necessidades e das expectativas de clientes, colaboradores e parceiros. E se a satisfação das necessidades foi durante muito tempo efectivamente sentida pelas partes interessadas, ela pode ser agora, adicionalmente e através da marca ISS, evidenciada e provada.

Estes Modelos, em conjugação com os Manuais de Processos-Chave e os Questionários de Avaliação da Satisfação de Clientes, Colaboradores e Parceiros, bem como as certificações são um exemplo claro e efectivo da desejável evolução qualitativa das cerca de 13.000 respostas sociais criadas com o imprescindível apoio, participação e empenhamento das cerca de 4.700 Instituições de Solidariedade Social.

Passados que estão cerca de cinco anos desde a definição dos primeiros modelos de avaliação da qualidade dirigidos às respostas sociais de Creche, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, é tempo de proceder à sua primeira revisão.

O princípio da melhoria contínua, sempre presente na implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade, foi também aplicado ao presente Modelo e Manual: a prática e os ecos das experiências colocaram-nos perante a necessidade de uniformizar processos-chave, eliminar requisitos redundantes, proceder a actualizações, corrigir erros, entretanto detectados, etc.

[¹⁷] Modelo de avaliação do CATL, disponível em: http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=21657&m=PDF - (acedido a 30/03/2012);
Modelo de avaliação da Creche, disponível em: http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=16679&m=PDF - (acedido a 30/03/2012);
Modelo de avaliação do Centro de Dia, disponível em: http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=13740&m=PDF - (acedido a 30/03/2012);
Modelo de avaliação do Apoio Domiciliário, disponível em: http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=13744&m=PDF - (acedido a 30/03/2012).

Garantir aos cidadãos o acesso crescente a serviços de qualidade, cada vez mais adequados à satisfação das suas necessidades foi o desafio que assumimos, aquando da primeira edição destes modelos em 2005. E é este o desafio que, de novo, reiteramos com a presente edição revista e actualizada e que, estamos certos, merecerá da parte de todos os intervenientes, destinatários das respostas e suas famílias, instituições públicas e privadas e respectivos colaboradores, todo o empenho e dedicação.

CrITÉrios dos Modelos:

- CRITÉRIO 1 — Liderança, Planeamento e Estratégia
- CRITÉRIO 2 — Pessoas
- CRITÉRIO 3 — Parcerias e Recursos
- CRITÉRIO 4 — Processos do Centro de Actividades Ocupacionais / Creche / Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário
- CRITÉRIO 5 — Resultados Clientes
- CRITÉRIO 6 — Resultados Pessoas
- CRITÉRIO 7 — Resultados Sociedade
- CRITÉRIO 8 — Resultados Chave do Desempenho

<u>Creche</u>	Anexo 1
<u>CATL</u>	Anexo 2
<u>Centro de Dia</u>	Anexo 3
<u>Apoio Domiciliário</u>	Anexo 4

Questionário de Avaliação de Satisfação (Segurança Social, 2012) ^[18]

O desenvolvimento de um Sistema de Gestão da Qualidade, de acordo com o Modelo de Avaliação da Qualidade, aplicado aos serviços prestados pelas Respostas Sociais, permite a melhoria do desempenho organizacional e da satisfação dos clientes, colaboradores e parceiros (partes interessadas).

^[18] Questionário de avaliação da Creche, disponível em: http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=16681&m=PDF - (acedido a 30/03/2012);
Questionário de avaliação do CATL, disponível em: http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=21695&m=PDF - (acedido a 30/03/2012);
Questionário de avaliação do Centro de Dia, disponível em: http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=13743&m=PDF - (acedido a 30/03/2012);
Questionário de avaliação do Apoio Domiciliário, disponível em: http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=13745&m=PDF - (acedido a 30/03/2012).

Como ferramenta de apoio à implementação do Modelo de Avaliação da Qualidade, nomeadamente no que se refere ao Critério 5 – *Satisfação dos Clientes* e Critério 6 – *Satisfação das Pessoas*, foram desenvolvidos três questionários dirigidos a clientes, colaboradores e parceiros e que visam sobretudo:

- Avaliar o grau de satisfação em relação a aspectos específicos e globais da resposta social.
- Identificar pontos fortes e áreas de melhoria.

Os questionários devem ser aplicados ao universo dos clientes, colaboradores e parceiros. A obtenção de respostas e a fidelidade dos resultados deve ser garantida através, da transmissão clara dos objectivos pretendidos e, da definição de uma metodologia de distribuição e recolha dos questionários, que assegure o anonimato.

Neste sentido, a organização de uma sessão ou a elaboração de uma carta de apresentação que explique exactamente os objectivos e a forma de devolução do questionário pode constituir um meio de otimizar os resultados.

Por último, ao realizar questionários de satisfação, estamos a criar expectativas de melhoria junto dos destinatários, torna-se assim necessário assegurar que os resultados obtidos são divulgados e que é incentivada a participação na definição das acções de melhoria a introduzir.

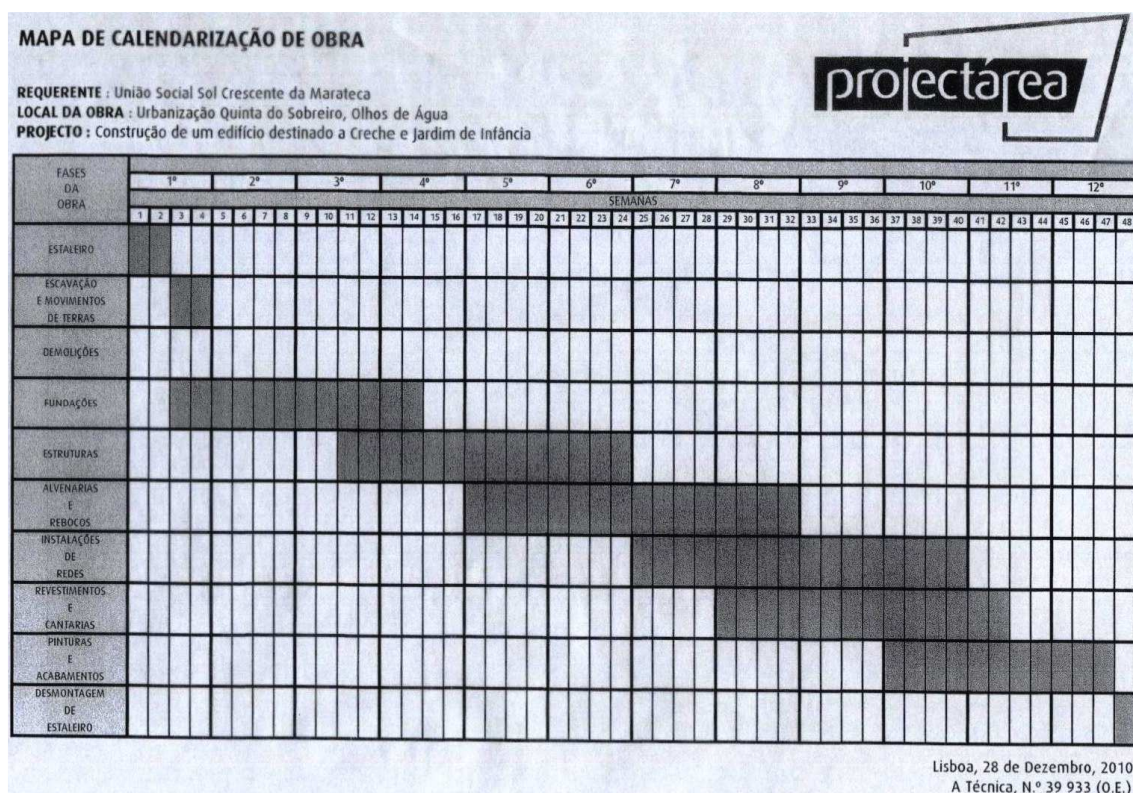
As acções definidas devem ser efectivamente implementadas.

Questionário de Avaliação da Satisfação:

- Clientes
- Colaboradores
- Parceiros

<u>Creche</u>	Anexo 5
<u>CATL</u>	Anexo 6
<u>Centro de Dia</u>	Anexo 7
<u>Apoio Domiciliário</u>	Anexo 8

3.8. Cronograma das Actividades



* Cronograma cedido pela Valência de Creche e CATL

3.9. Orçamento Estimativa dos Custos

Investimento Inicial (cedido pela Valência de Creche e CATL, 2012)

Rúbricas	Valores em Euros (sem Iva)
Projeto de Arquitectura	25,000.00€
Licenças	Depende das taxas em vigor
1º Orçamento (Creche + Centro de Dia)	460,000.00€ + 200,000.00€
2º Orçamento (Creche)	416,000.00€
Orçamento de obras na Creche para Centro de Dia	+ ou - 100,000.00€

Prestações Mensais - Creche

Rúbricas	Quantidade	V. Unitário	Valores em Euros
Despesas correntes (água, luz, gás, telefone, desratização)			2,000.00€
Consumíveis			500.00€

Refeições			1,000.00€
Salários			
Directora Executiva	1	1,157.00€	1,157.00€
Secretário Executivo	1	773.00€	773.00€
Educadoras	4	869.00€	3,476.00€
Auxiliares	8	475.00€	3,800.00€
Cozinheiras *	3	490.00€	1,470.00€
Motorista	1	587.00€	587.00€
Serviços de Contabilidade			150.00€
Total			11,413.00€

*Fazem as refeições para as duas Valências

(Segurança Social, 2012 / cedido pela Valência de Creche e CATL)

Prestações Mensais – Centro de Dia

Rúbricas	Quantidade	V. Unitário	Valores em Euros
Despesas correntes (água, luz, gás, telefone, desratização)			2,000.00€
Consumíveis			400.00€
Refeições			1,000.00€
Salários			
Directora Técnica	1	1,078.00€	1,078.00€
Ajudantes Familiares	7	475.00€	3,325.00€
Técnico superior de animação sociocultural	1	917.00€	917.00€
Motorista	1	587.00€	587.00€
Serviços de Contabilidade			150.00€
Total			9,457.00€

(Segurança Social, 2012 / cedido pela Valência de Creche e CATL)

Reflexão Crítica

Apesar da força de vontade não constituir elemento suficiente para a realização de um projecto, é um auxiliar precioso e indispensável sobretudo quando vinda da população a que o mesmo se destina. Assim foi neste caso. Poder contar com o entusiasmo das técnicas responsáveis pelas Valências face a esta matéria tão actual, bem como (não esquecendo) toda a aprendizagem adquirida ao longo do curso de Mestrado em Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo.

Terminado este trabalho de pesquisa é fundamental fazerem-se as apreciações finais sobre os conhecimentos renovados. Assim, salienta-se a importância a ter no decorrer de todo o processo de investigação começando pela questão de partida que deverá visar um melhor conhecimento de fenómenos a estudar, isto é, se a questão for devidamente formulada permitirá uma melhor aquisição de informações.

A revisão bibliográfica relativamente à problemática foi para mim uma tarefa de grande importância, contribuindo para que obtivesse uma maior percepção da realidade com a qual desenvolvi este trabalho.

O fato de morar há bastantes anos nesta região, deu-me garantias de poder desenvolver um bom projeto, visto a proximidade que tenho tanto com os colaboradores das Valências assim como com a população desta região.

A informação que fui adquirindo ao longo dos anos como observador, desde há muito tempo deu-me a percepção que estas Valências vinham a ter alguns problemas na realização das suas funções devido á falta de espaço por parte da Creche e á má localização por parte do Centro de Dia. Tudo isto deu-me a vontade de poder, de certa forma, ajudar fazendo um projeto que lhes desse novas perspectivas.

Felizmente a ideia já tinha partido dos responsáveis por estas Valências, o que só veio confirmar a percepção que tinha vindo a alimentar. Já existe um projeto iniciado para que se possa melhorar tanto as funcionalidades dos colaboradores das Valências assim como o bem-estar dos utentes. Apenas ainda não se iniciaram as ditas alterações devido por um lado, ao pouco poder económico próprio e por outro ao momento que o país atravessa, “crise”. Isto porque o projeto encontra-se em lista de espera de fundos financeiros por parte do programa de apoio o PRODER.

Contudo, todo o trabalho que realizei com este projeto, quer a nível de pesquisa como de contactos, deu-me muitas informações de como eu posso no futuro poder iniciar a minha actividade própria, começando logo de início a proceder de forma positiva. Como se sabe e tendo sempre em conta, não se pode dar ao luxo de investir de forma irracional correndo o risco de falência.

CONCLUSÃO

Após o trabalho de pesquisa e de terreno realizado, verifiquei a viabilidade de implementar o nosso projecto (iniciado pelas Valências e o meu), mesmo que “hipoteticamente” apesar de nos depararmos com algumas dificuldades relativamente aos custos e possibilidade de financiamento. Contudo, considero bastante positivo o contacto directo que efectuei junto dos grupos-alvo da intervenção, bem como a disponibilidade dos elementos das valências e Junta de Freguesia.

Este projecto será uma mais-valia para a população de Marateca, para já e em especial para os actuais clientes das Valências existentes. Para que tenham melhor qualidade de vida e de cuidados recebidos.

Esperamos no entanto que apesar da falta de financiamento próprio e o factor crise, se possa construir este Centro Social de modo a apoiar de momento a população mais carente que tem vindo a aumentar dado a condição do país.

BIBLIOGRAFIA

📖 A.A.V.V, (2002). *Intervenção Social e Comunitária. Promover a Inclusão. Guia prático de orientação*. Lisboa: Hugin Editores,Lda.

📖 AMARO, R. (1993) “As Novas Oportunidades de Desenvolvimento Local”, in *A Rede para o Desenvolvimento Local*, n.º 8 (pp. 16-22). Faro: IN LOCO.

📖 Anderson, Gary; Arsenault, Nancy (1998) *Fundamentals of Educational Research*. London: Falmer Press Teachers Library.

📖 Capucha, L, Aires, S et all. (1995). *Cadernos REAPN. ONG’s de Solidariedade Social: Práticas e Disposições*. Porto: Porto Editora Lda.

📖 Cembranos Fernando, Montesinos David Hernández Y Bustelo Maria (Outubro 2002). *La Animacion Sociocultural: una propuesta metodológica*. Editorial Popular, S.A, 9ª Edição.

📖 De Paula, Juarez. (2001) *Desenvolvimento e gestão compartilhada*. In: Silveira,Caio Márcio;Reis,Liliane Costa. *Desenvolvimento Local: dinâmicas e estratégias*.Rio de Janeiro: Comunidade Solidária/Governo Federal/Ritz

📖 Franco, Augusto de (2000). *Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável*. Brasília: Millennim.

📖 Fortin, M., Côte, J. e Vissandjée, B. (2000). As etapas do processo de investigação. Em: Fortin, M., *O processo de investigação: da concepção à realização*. 2.ª Edição, Lusociência. Loures

📖 Guerra, I. (2001, 2002). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção: Planeamento em Ciências Sociais*. Cascais. Editora: Principia, 2ª edição,

📖 Guerra Isabel Carvalho (Outubro 2002). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção – O planeamento em ciências*. Principia, publicações universitárias e científicas, 2ª Edição.

📖 Haguette, Teresa (1997). *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. 5ª Edição. Petrópolis: Vozes.

📖 Hoz, Arturo (1985) *Investigacion Educativa: Dicionário Ciências da Educação*, Madrid:Ediciones Anaya, S.A.

📖 Imaginário, C. (2008). *O idoso dependente em contexto familiar*. 2ª edição, Formasau. Coimbra.

📖 Kliksberg , Bernardo (2001). *Falácias e mitos do Desenvolvimento Social*. São Paulo: Cortez/UNESCO, 2001

📖 Lacombe, Francisco. Heilborn, Gilberto. *Administração, princípios e tendências*. São Paulo: Saraiva 2003.

📖 Melo Neto, de Paulo Francisco & Froes, César. *Empreendedorismo Social*. Rio de Janeiro, Qualitymark, 2002

 Milando, J. (2005) Cooperação sem Desenvolvimento. in ICS, Coleção Estudos e Investigação, n.º 39. Lisboa: ICS.

 Monteiro, Alcides A.(s/d). “Cidades Comunidades e Territórios”. Lisboa: ISCTE/CET.nº8, p.53-63.

 Neves, António O. (2000) “*Sociedade e Trabalho*”.Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade.nº8/9, p.10-15.

 Ornelas, J. (2008). Psicologia Comunitária. Lisboa: Fim de Século

 Pinto, Carla, “*Empowerment, uma Prática de Serviço Social*”, 1988, in BARATA, O (coord), *Política Social* – Lisboa: ISCSP

 Quivy Raymond, Campenhoudt Luc Van (Janeiro 1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Grávida – Publicações Lda., 2ª edição.

 Sen, Amartya (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras

 Xiberras, M.(1993). *As Teorias da Exclusão*. (2ªed.) Av. João Paulo II, lote 544, 2.º - Lisboa: Instituto Piaget.

 Yin, Robert (1994). *Case Study Research: Design and Methods* (2ª Ed) Thousand Oaks, CA: SAGE Publications

OUTRAS FONTES

 Dados fornecidos pelas Valências, Creche Jardim de Infância “Os Cenourinhas” e o Centro de Dia e Apoio Domiciliário em Águas de Moura.

 Programa escolhas. 2009, p. 17, 18

WEBGRAFIA

 [http://pt.wikipedia.org/wiki/Marateca_\(Palmela\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Marateca_(Palmela)) – (acedido a 27/02/2012)

 <http://www.amlameiras.pt/267> - (acedido a 08/03/2012)

 http://bte.gep.mtss.gov.pt/completos/2011/bte15_2011.pdf - (acedido a 12/03/2012)

 Discurso do Presidente da República no Congresso,(2001) – disponível em www.Jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt – (acedido a 18/04/2011)

 http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=377711&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554 – (acedido a 23/07/2012)

 Henriques,M.(s/d). “1º Congresso de Estudos rurais. Sociedade Conhecimento e política” - disponível em www.home.utad.pt – (acedido a 18/04/2012)

-  Quadro de Referência Estratégico Nacional (2008) - disponível em www.qren.pt/ - (acedido a 09/04/2011)
-  http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=13085&m=PDF – (acedido a 12/03/2012)
-  http://www.isu.pt/cr/wp-content/rncr_fichas/RNCR_Ficha_A2_1.pdf - (acedido a 23-03-2012)
-  Objetivos da Creche, disponível em: http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=16702&m=PDF - (acedido a 21/03/2012)
-  Objetivos do CATL, disponível em: http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=13101&m=PDF - (acedido a 21/03/2012)
-  Objetivos do Centro de Dia, disponível em: http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=13856&m=PDF - (acedido a 21/03/2012)
-  Objetivos do Apoio Domiciliário, disponível em: http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=13855&m=PDF - (acedido a 21/03/2012)
-  Modelo de avaliação do CATL, disponível em: http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=21657&m=PDF - (acedido a 30/03/2012)
-  Modelo de avaliação da Creche, disponível em: http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=16679&m=PDF - (acedido a 30/03/2012)
-  Modelo de avaliação do Centro de Dia, disponível em: http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=13740&m=PDF - (acedido a 30/03/2012)
-  Modelo de avaliação do Apoio Domiciliário, disponível em: http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=13744&m=PDF - (acedido a 30/03/2012)
-  Questionário de avaliação da Creche, disponível em: http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=16681&m=PDF - (acedido a 30/03/2012)
-  Questionário de avaliação do CATL, disponível em: http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=21695&m=PDF - (acedido a 30/03/2012)
-  Questionário de avaliação do Centro de Dia, disponível em: http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=13743&m=PDF - (acedido a 30/03/2012)
-  Questionário de avaliação do Apoio Domiciliário, disponível em: http://www2.seg-social.pt/preview_documentos.asp?r=13745&m=PDF - (acedido a 30/03/2012)
-  http://rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf - Revista Brasileira de História & Ciências Sociais - (acedido a 15/03/2012)